



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SOCIOECONÔMICO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO UNIVERSITÁRIA

Fernanda Cordeiro

REQUISITOS PARA CRIAÇÃO DE UMA POLÍTICA INSTITUCIONAL DE CULTURA
PARA A UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

Florianópolis

2023

Fernanda Cordeiro

REQUISITOS PARA CRIAÇÃO DE UMA POLÍTICA INSTITUCIONAL DE CULTURA
PARA A UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

Projeto de Dissertação submetida ao Programa
de Pós Graduação em Administração
Universitária da Universidade Federal de
Santa Catarina para a obtenção do título
parcial de Mestre em Administração
Universitária
Orientador: Orientador: Prof. Dr. Raphael
Schlickmann.

Florianópolis
2023

Cordeiro, Fernanda

Requisitos para criação de uma política institucional de cultura e arte para a Universidade Federal de Santa Catarina / Fernanda Cordeiro ; orientador, Raphael Schlickmann, 2023.

101 p.

Dissertação (mestrado profissional) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Socioeconômico, Programa de Pós-Graduação em Administração Universitária, Florianópolis, 2023.

Inclui referências.

1. Administração Universitária. 2. Política pública. 3. Avaliação de políticas públicas. 4. Política institucional de cultura e arte. I. Schlickmann, Raphael . II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Administração Universitária. III. Título.

Fernanda Cordeiro

**Requisitos para criação de uma Política Institucional de Cultura e Arte para a
Universidade Federal de Santa Catarina**

O presente trabalho em nível de mestrado foi avaliado e aprovado, em 05 de setembro de 2023, por banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Profª Eliane Santana Dias Debus
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Pedro Antônio de Melo, Dr.
Universidade Federal de Santa Catarina

Certificamos que esta é a **versão original e final** do trabalho de conclusão que foi julgado adequado para obtenção do título de mestre em administração universitária.

Coordenação do Programa de Pós-Graduação

Prof. Dr. Raphael Schlickmann
Orientador

Florianópolis, 2023.

AGRADECIMENTOS

A realização desta pesquisa somente foi possível com o incentivo e colaboração de muitas pessoas. Desta forma, agradeço a todos e todas pela realização de mais uma etapa na minha vida.

Em especial, gostaria de agradecer a minha família, pois com equilíbrio e apoio incondicional, me deixaram mais confiante em concluir este processo. Aos meus pais, que sempre me incentivaram nos estudos, em especial meu pai, que até seu *notebook* me emprestou por anos! Aos meus queridos filhos, Nicolas e Cristiano, que há 13 anos são meus maiores motivacionais na vida, e ao meu companheiro Raul, que com sua paciência interminável, me abraçou todos os dias.

Também gostaria de agradecer de verdade, a todos os meus colegas de trabalho, que desde muito, me incentivaram para ingressar ao mestrado, e com o passar destes anos acadêmico, tiveram muita compreensão comigo. Em especial três grandes amigas, Cléia Ramos, que me acolheu no início da minha jornada na SECARTE e Rosemar da Silva, ambas sempre me incentivaram a entrar para este programa de pós-graduação, e Andréa Ventura, que com sua sensatez, sempre conseguiu me acalmar e até mesmo me guiar ao longo desses anos.

A todos os colegas de turma, que mesmo tendo aulas virtuais, tivemos grandes trocas de conhecimento. Um agradecimento especial aos amigos do “Bloco Juntos até a Defesa”, que com muito coleguismo e parceria, fizeram os últimos meses serem mais leves.

A todos os do PPGAU, que contribuíram pra minha formação, e claro, agradecimento especial ao professor Raphael Schlickmann, que me acolheu como sua orientanda, e por muitas vezes me fez por os pés no chão. E também ao Maurício, que me encorajou a seguir adiante.

Aos servidores da SECARTE, que participaram da pesquisa, fornecendo dados primários fundamentais para a conclusão do presente estudo.

E à Universidade Federal de Santa Catarina, e ao PPGAU, que proporcionaram esta oportunidade de crescimento profissional, acadêmico e pessoal.

Obrigada a todos e todas!

“Minha dor é perceber que apesar de termos feito tudo o que fizemos, ainda somos os mesmos e vivemos como os nossos pais”

Belchior

RESUMO

O objetivo deste trabalho é propor diretrizes e ações para Cultura e Arte na UFSC, a partir da avaliação da política de (Gestão 2018-2022), por meio da percepção dos servidores envolvidos. As diretrizes traçadas decorrem da avaliação do estado atual das políticas da UFSC em torno de programas culturais e artísticos, durante os anos de 2018 a 2022. A avaliação foi realizada com um painel de especialistas em cultura e artes que atuam como servidores públicos da UFSC. Uma revisão bibliográfica foi realizada para identificar áreas relevantes para a proposição de políticas culturais e artísticas efetivas. A avaliação das políticas culturais e artísticas da UFSC nessas áreas relevantes, foi realizada por meio de questionários semiestruturados *on-line* auto-administrados. O instrumento de coleta de dados foi um questionário composto por questões fechadas e abertas, redigido em formato *Google Forms*, e enviado aos participantes elegíveis *por e-mail*. O público-alvo da amostra foram servidores da UFSC que atuam na Secretaria de Cultura, Arte e Esportes da UFSC (SECARTE). Todos os quarenta e dois servidores que trabalham na SECARTE receberam o questionário *por e-mail*, vinte e dois responderam a pesquisa inteira e vinte se abstiveram de participar do estudo. Os procedimentos analíticos adotados neste estudo envolvem métodos descritivos e dedutivos. A análise dos dados revelou que não há um claro reconhecimento de uma política cultural institucionalizada na UFSC, no período analisado, entre os servidores da SECARTE. Os participantes expressaram a falta de uma política de divulgação da produção artística, a ausência de um Plano Cultural, a falta de um financiamento cultural adequado e a necessidade de estratégias para chegar às comunidades interna e externa da universidade. Diante dessas constatações, este trabalho identifica e propõe algumas diretrizes e ações da Secretaria de Cultura, Arte e Esportes da UFSC (SECARTE). Essas estratégias e ações buscam preencher as lacunas identificadas e promover um ambiente mais estimulante e inclusivo para atividades culturais e artísticas dentro da Universidade Federal de Santa Catarina.

Palavras-chave: Política de Cultura e Arte. Avaliação. Proposição . Diretrizes.

ABSTRACT

The objective of this work is to propose guidelines and actions for Culture and Art at UFSC, based on the evaluation of the policy (Management 2018-2022), through the perception of the servers involved. The outlined guidelines stems from the evaluation of the current state of UFSC policies around cultural and artistic programs, during the years of 2018 through 2022. Evaluation was a conducted with a panel of experts in culture and arts who work as public servants in the UFSC. An bibliographical review was conducted to identify relevant areas for the proposition of effective cultural and artistic policies. The evaluation of UFSC cultural and artistic policies on these relevant areas was conducted using semi-structured online self-administered interviews. The data collection instrument was a questionnaire composed of closed ended and open-ended questions, written in Microsoft Office Word form, and sent to eligible participants by e-mail. The sample target was UFSC public servants who work in the Secretary of Culture, Art and Sports of UFSC (SECARTE). All forty-two public servants who work at SECARTE received the questionnaire by e-mail, twenty-two responded the entire survey, and twenty abstained from participating in the study.

The analytical procedures adopted in this study involve descriptive and deductive methods. The data analysis revealed that there is no clear recognition of an institutionalized cultural policy at UFSC, during the analyzed period, among SECARTE public servants. The participants expressed the lack of a policy for the dissemination of artistic production, the absence of a Cultural Plan, the lack of a proper cultural funding and a need for strategies to reach out to the university's internal and external communities. At the light of these findings, this work identifies and proposes a few guidelines and actions that the Secretary of Culture, Art and Sports of UFSC (SECARTE). These guidelines and actions seek to fill the identified gaps and to promote a more stimulating and inclusive environment for cultural and artistic activities within the Federal University of Santa Catarina.

Keywords: Culture and Art Policy. Evaluation. Proposition. Guideline.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Ciclo de Políticas Públicas	26
Figura 2 – Estrutura Organizacional da UFSC	50
Figura 3 – Organograma da SECARTE	51

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Sintetização das fases dos ciclos de políticas públicas	26
Quadro 2 - Definições de Eficiência, Eficácia e Efetividade	29
Quadro 3 - Tipos de avaliação de políticas públicas	30
Quadro 4 Estrutura base para elaboração do questionário	54
Quadro 5 – Temas e autores – pesquisa bibliográfica	55
Quadro 6 – Documentos e temas – pesquisa documental	55

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Pessoas que reconhecem política de cultura de acordo com o ano	62
Tabela 2 – Resumo da percepção da concordância com critérios apresentados	64
Tabela 3 – O que sentiu falta na pesquisa	68
Tabela 4 – Demais citações acerca de atividades ofertadas de 2018 a 2022	74

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Grau de escolaridade	59
Gráfico 2 – Gênero dos respondentes	60
Gráfico 3 – Faixa etária..	60
Gráfico 4 – Lotação dentro da SECARTE	61
Gráfico 5 – Frequência que foram ofertadas atividades de 2018 a 2022	63
Gráfico 6 – Percepção das atividades ofertadas de 2018 a 2022	66
Gráfico 7 – Outras atividades não mencionadas anteriormente	66
Gráfico 8 – Atividade que mantiveram de forma virtual	67

LISTA DE ABREVIATURAS E SÍMBOLOS

CA – Colégio de Aplicação
CD – Compact Disc
CEGP – Coordenadoria de Edificações e Gestão Patromonial
CFC – Conselho Federal de Cultura
CFISC – Coordenadoria das Fortalezas das Ilhas de Santa Catarina
CNC – Conselho Nacional de Cultura
COVID – Corona Virus Disease
CWUR - Center For World University Rankings
DAC – Departamento Artístico Cultural
DCEVEN – Departamento de Cultura e Eventos
DECL – Departamento de Esporte, Cultura e Lazer
DIP – Departamento de Imprensa e Propaganda
DOU – Diário Oficial da União
DVD - Digital Versatile Disc
FORCULT – Fórum Nacional de Gestão Cultural das Instituições de Ensino Superior
FORPROEX - Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras
IES – Instituições de Ensino Superior
INCE – Instituto Nacional do Cinema Educativo
INL – Instituto Nacional do Livro
IPES – Instituições Públicas de Ensino Superior Brasileiro
IPHAN – Instituto do Patrimônio e Artístico Nacional
ISEB – Instituto Superior de Estudos Brasileiros
MEC – Ministério da Educação
MINC – Ministério da Cultura
NDI – Núcleo de Desenvolvimento Infantil
NEA – Núcleo de Estudos Açorianos
PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional
PNC - Plano Nacional de Cultura
PROEX – Pró-Reitoria de Extensão
SECARTE – Secretaria de Cultura, Arte e Esportes
SNT – Serviço Nacional de Teatro

SPHAN – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico

TAE – Técnico-Administrativo em Educação

UFPEL – Universidade Federal de Pelotas

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	16
1.1	CONTEXTUALIZAÇÃO DO TEMA E SITUAÇÃO-PROBLEMA	16
1.2	OBJETIVOS DA PESQUISA	17
1.3	JUSTIFICATIVA	18
1.4	ESTRUTURA DO TRABALHO	18
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	20
2.1	POLÍTICA PÚBLICA	20
2.1.1	Ciclo de políticas públicas	21
2.1.2	Avaliação de Políticas públicas, e suas tipologias	23
2.2	POLÍTICAS PÚBLICAS DE CULTURA E ARTE NO BRASIL	28
2.1.1.	Definições de Cultura e Arte	28
2.2.2	O debate sobre políticas públicas de cultura e arte no Brasil.....	30
2.2.3	O debate sobre políticas institucionais de cultura e arte nas universidades	37
3	METODOLOGIA	42
3.1	CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA	42
3.2	CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA	43
3.3	UNIDADE DE ANÁLISE	44
3.4	DELIMITAÇÃO DO UNIVERSO DA PESQUISA	48
3.5	TÉCNICAS E INSTRUMENTOS DE COLETA E ANÁLISE DE DADOS	48
3.5.1	Coleta de dados primários – Questionário estruturado	49
3.5.2	Coleta de dados secundários – Pesquisa bibliográfica, documental.....	50
3.6	LIMITAÇÕES DA PESQUISA	52
4	APRESENTAÇÃO DO RESULTADO DA PESQUISA E ANÁLISE DOS DADOS	54
	54	
4.5	APRESENTAÇÃO DO RESULTADO	54
4.5.1	Caracterização do universo da pesquisa	54
4.5.2	Percepção do público alvo	57
4.6	ANÁLISE DOS DADOS	65
4.7	SÍNTESE DA ANÁLISE	73
4.8	PROPOSIÇÕES	75
5	CONCLUSÃO	78
	REFERÊNCIAS	80

1 INTRODUÇÃO

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO TEMA E SITUAÇÃO-PROBLEMA

O meu interesse pelo fenômeno de investigação, a Política de Cultura e Arte na UFSC, se deve principalmente, pela minha experiência na atuação na UFSC, pois durante minha trajetória como servidora Técnico-Administrativa em Educação (TAE), a partir de 2013, estou lotada na SECARTE. Sendo assim, venho observando ações e atitudes e vontade dos gestores em institucionalizar a Política de Cultura e Arte na SECARTE, para que possa ser fortalecida as ações deste setor em toda a instituição, porém falta algo.

As políticas públicas de cultura têm sido exploradas pelas instituições de ensino superior brasileiras (IES), e temos uma pluralidade de assuntos e contribuições a serem acrescentados à sociedade, o número de publicações acadêmicas neste tema ainda é crescente. SCHLICKMANN e CORDEIRO (2022). Uma possível explicação para isto, é que a cultura tem sempre prioridade adiada na agenda da política nacional. Conforme pesquisa no histórico institucional do governo brasileiro, verificamos um fato que corrobora com esse entendimento, que é a criação do Ministério da Cultura (MinC) em nosso país; este se deu apenas na década de 1980, através do Decreto 91.144, de 15 de março de 1985, mesmo que já tivéssemos políticas culturais apresentadas formalmente e de forma mais contundente desde os anos 1930, antes disso, elas se apresentavam pontualmente, junto ao esporte ou ao turismo; percebemos que há uma certa lentidão na institucionalização da área cultural na política pública brasileira.

O Plano Nacional de Cultura, criado com pela na Lei nº 12.343, de 2 de dezembro de 2010, tem como objetivo orientador o desenvolvimento de programas, projetos e ações culturais que garantam a valorização, o reconhecimento, a promoção e a preservação da diversidade cultural existente no Brasil. Ele apresenta 12 princípios norteadores da cultura institucionalizada no país. E somente em 2012, foi criada a primeira Política de Cultura e Arte e Arte numa IFE, a Universidade Federal dos Vales de Jequitinhonha e Mucuri. Anos depois demais universidades iniciaram suas tratativas sobre o assunto. (FORCULT 2020)

A UFSC tem sua criação em 1960, e em seu histórico de cultura e Arte, a Secretaria de Cultura e Arte foi criada muitos anos depois, após desmembramento da Pró-Reitoria de Extensão (PROEX), em 2008. Desde então, ações de Cultura e Arte são trabalhadas por meio de editais, resoluções e portarias, e no ano de 2020, iniciou-se a preocupação por parte da, então Secretária de Cultura e Arte da UFSC (SeCArte/UFSC), professora Maria de Lourdes

Alves Borges (SeCArte 2021), com a formatação de uma Política de Cultura e Arte para a instituição.

Fatores como: a criação de uma secretaria em 2008, com mais autonomia em suas tomadas de decisões, e o Plano de Cultura do Ministério da Cultura, criado em 2010, nos mostra que no caminhar da Secretaria de Cultura, Arte e hoje, também do Esporte, tornando-se Secretaria de Cultura, Arte e Esporte, faz-se necessária a construção colaborativa de uma Política de Cultura na UFSC.

Diante do exposto anteriormente, é observado que, numa instituição em que há no seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), ações para a Cultura e Arte, e na qual exista Política Pública de Cultura e Arte regulamentada, as ações de Cultura e Arte já estão mais bem engajadas e formadas dentro das atividades anuais das gestões. Sendo assim, observa-se a importância e necessidade da criação da Política Pública de Cultura e Arte para a Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC.

Considerando que as leituras tem apresentado baixo número de IES com Política Pública de Cultura e Arte constituídas, e que sim, existe crescimento das ações de Cultura e Artes nestas instituições como forma de garantia de direitos de expressão das diversas formas de cultura, que apresentamos a situação-problema a seguir: **que novas diretrizes e ações para a Cultura e Arte na UFSC podem ser propostas a partir da Avaliação da Política Cultura (Gestão 2018/2022)?**

1.2 OBJETIVOS DA PESQUISA

A partir da situação-problema apresentada anteriormente, o objetivo geral desta dissertação é: **propor diretrizes e ações para a Cultura e Arte na UFSC a partir da Avaliação Política de Cultura (Gestão 2018/2022).**

Para alcançar o objetivo geral desta pesquisa, foram definidos os seguintes objetivos específicos:

- a) Avaliar a Política de Cultura da UFSC (Gestão 2018/2022), a partir da percepção dos servidores envolvidos;
- b) Identificar avanços e lacunas relativos à Política de Cultura e Arte na UFSC a partir da avaliação realizada.

1.3 JUSTIFICATIVA

Justifica-se a importância, relevância, oportunidade e a viabilidade da pesquisa pelos seguintes motivos: principalmente pela importância de se tratar do assunto de políticas de cultura e arte voltadas para os interesses internos da instituição e da sociedade acadêmica e a comunidade geral, para que com isto possa ser dada ênfase e valorização das expressões culturais e artísticas aos que ali pertencem. Nos últimos anos a Cultura e a Arte vêm sendo deixadas de lado pelo governo, e a desvalorização acompanha, como expõe Rubim (2019, pág. 05), “no Brasil contemporâneo, produto do ódio disseminado na sociedade, do golpe midiático-jurídico-parlamentar de 2016 e das eleições carregadas de artimanhas de 2018, as universidades são atacadas, bloqueadas e cerceadas, inclusive pelo clima anticultural engendrado pelo governo federal”. Mas atores importantes que atuam nas IFES, tem se alertado para a importância de se institucionalizar a Cultura e da Arte, nem tão longe fica a UFSC, como traz o Plano de Desenvolvimento Institucional (DPI), “as ações dos projetos culturais gerenciados pela UFSC possibilitam a produção, fruição, e difusão da arte, ampliando os espaços que contribuem para o desenvolvimento do pensamento crítico no ambiente universitário e, também, para a troca de saberes entre a instituição e a sociedade.” (2020-2024, pág. 31).

A pesquisa apresentada é considerada original, pois assim como outras IFES do país, a SECARTE ainda não possui uma Política Pública de Cultura e Arte institucionalizada na UFSC, o que reforça sua originalidade.

Por fim, com relação à viabilidade, a escolha da pesquisa na esfera da UFSC objetiva, por meio de levantamento de dados e documentação, pois a pesquisadora trabalha em contato direto com os atores envolvidos na política a ser analisada, o que torna a pesquisa inteiramente viável.

1.4 ESTRUTURA DO TRABALHO

O trabalho está estruturado em 5 cinco capítulos, sendo que no primeiro, finalizado aqui, foram apresentadas a contextualização do tema e situação-problema, o objetivo geral, os objetivos específicos e a justificativa da pesquisa. No capítulo segundo, a fundamentação teórica sobre Políticas Públicas, também será abordado teorias sobre Cultura e Arte, avaliação de políticas públicas e políticas públicas de cultura em instituição de ensino superior.

Os caminhos metodológicos trabalhados para realizar esta pesquisa, são tratados no capítulo terceiro. Já no quarto capítulo, são apresentados os resultados, a análise destes resultados, e as sugestões de propostas de diretrizes e ações a serem considerados para a construção coletiva da Política Institucional de Cultura e Arte para a UFSC.

No capítulo quinto, as conclusões desta dissertação. Por fim, estão as referências bibliográficas utilizadas e consultadas para esta produção.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Com o intuito de fundamentar e apoiar os objetivos deste estudo faz-se necessário realizar uma revisão da literatura. A intenção neste capítulo é de apresentar as contribuições teóricas dos autores que auxiliaram na definição dos principais conceitos utilizados neste trabalho. Portanto, neste capítulo, compreenderemos as definições de Política de Cultura, cultura e arte. Na oportunidade, revisaremos também construção de Política de Cultura e Arte no Brasil. Esta revisão da literatura não tem por objetivo esgotar os temas aqui estudados, mas sim, proporcionar uma visão acerca de cada um dos temas para o alcance dos objetivos propostos neste trabalho. Na sequência, inicia-se a construção da estrutura teórico utilizada para fundamentar esta pesquisa.

2.1 POLÍTICA PÚBLICA

Para que possamos compreender melhor o conceito de política pública é interessantes entendermos as duas palavras do termo separadamente. A primeira, “política” tem relação com orientação para a decisão e ação (SECCHI, 2010). Já a segunda palavra, relaciona com o que é para todos, pro comum, pro geral. Para Secchi (2010), políticas públicas tratam do conteúdo concreto e do conteúdo simbólico de decisões políticas, e do processo de construção e atuação dessas decisões.

Os estudos sobre políticas públicas apareceram nos Estados Unidos como parte de disciplina acadêmica, com foco em estudos nas ações do governo. Na Europa, estes estudos deram ênfase no Estado e suas instituições. Sendo assim, Souza (2006), baseia suas teorias sobre o papel do estado e do governo, com apoio nos considerados por ela os “pais” das políticas públicas no mundo, que seriam: H. Laswell, H. Simon, C. Lindblom e D. Easton.

Segundo Souza (2006), o estudo acerca de políticas públicas tem por base a atuação de alguns autores, sendo: H. Laswell, que traz a expressão *policy analysis* (análise de política pública), meados de 1930, com ideia de mesclar conhecimento científica/acadêmico com a produção empírica dos governos e também como forma de estabelecer o diálogo entre cientistas sociais, grupos de interesse e governo.

Simo em 1957, iniciando o conceito de racionalidade limitada dos decisores públicos (*policy makers*), com argumento de que limitação da racionalidade poderia ser minimizada pelo conhecimento racional. Para ele, a racionalidade dos decisores públicos é sempre restrita por complicações tais como informação imperfeita, tempo para a tomada de decisão, auto-

interesse dos decisores, dentre outros, mas também pode ser maximizada até um ponto agradável pela criação de condições que enquadre o comportamento dos atores e oriente esse comportamento para resultados desejados, impedindo, inclusive, a busca por interesses próprios. Em 1959, Lindblom questionou a ênfase no racionalismo dos autores acima citados, e propôs a fusão de outras possibilidades construção e à análise de políticas públicas, tais como as relações de poder e a integração entre as diferentes fases do processo decisório o que não teria necessariamente um fim ou um princípio. Por fim, Easton em 65, contribuiu definindo a política pública como um sistema, ou seja, como uma relação entre formulação, resultados e o ambiente.

Para Souza (2006, p. 26), o conceito de políticas públicas é o campo de conhecimento que busca, ao mesmo tempo, colocar o governo em ação para analisá-la e, quando necessário propor mudanças no rumo ou no curso dessa ação, corroborando com Secchi (2010), quando este define políticas públicas como forma de tratamento do conteúdo concreto e do conteúdo simbólico de decisões políticas, e do processo de construção e atuação dessas decisões, como mencionado anteriormente.

Diferentes autores afirmam que não existe uma definição única de política pública, principalmente, pois “na literatura especializada não há um consenso quanto à definição do que seja uma política pública, por conta da disparidade de respostas para alguns questionamentos, como: 1- Políticas públicas são elaboradas exclusivamente por atores estatais? Ou também por atores não estatais? 2 – Políticas públicas também se referem à omissão, ou à negligência? 3 – Apenas diretrizes estruturantes (de nível estratégico) são políticas públicas? Ou as diretrizes mais operacionais também podem ser consideradas políticas públicas?” Secchi (2010), mas o enfoque é no papel de mecanismo de solução de problemas da sociedade. Para Secchi (2013, p. 5), “a essência conceitual de políticas públicas é o problema público”, portanto, conceito de política pública transcende a figura do tomador de decisão individual e foca na ação coletiva e governamental voltada para o interesse geral. Isso significa que mesmo que o tomador de decisão não tenha personalidade estatal, uma ação ou intervenção pode ser considerada política pública se atender aos critérios de interesse público e impacto social amplo.

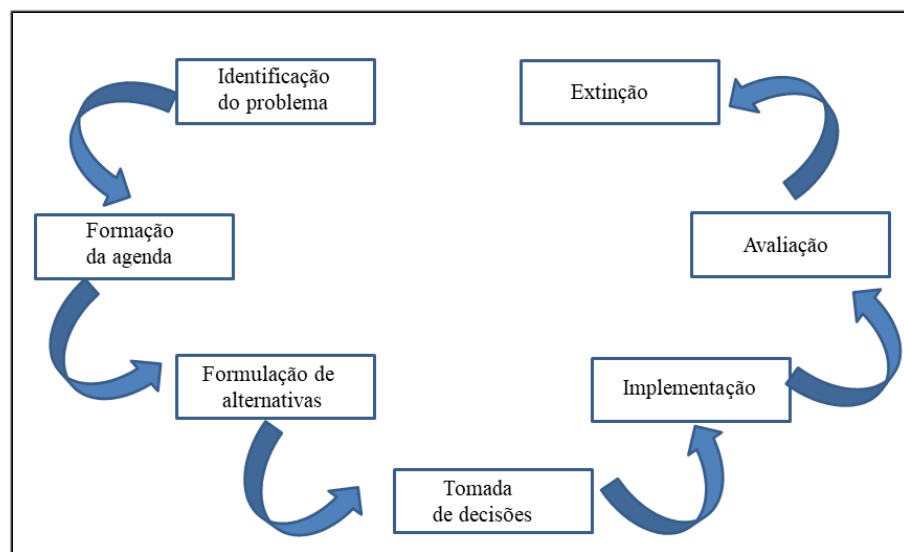
2.1.1 Ciclo de políticas públicas

O ciclo de políticas públicas, conforme Secchi (2013, p. 43), “é um esquema de visualização e interpretação que organiza a vida de uma política pública em fases sequenciais

e interdependentes”. O autor restringiu o modelo do processo de elaboração de políticas públicas em sete fases principais, reconhecendo que, embora tenha utilidade, tal modelo raramente reflete a real dinâmica de uma política pública, admitindo que as fases frequentemente se apresentam misturadas e com sequências alternadas (SECCHI, 2013).

O ciclo de políticas públicas é um esquema gráfico para facilitar a compreensão do processo de construção de uma política pública. Em Secchi (2010), é restringido o modelo com 7 (sete) fases principais:

Figura 1: Ciclo de políticas públicas



Fonte: criação da autora, adaptado de Secchi, 2010

Alguns teóricos afirmam que o diagrama criado no ciclo, raramente ilustra a verdadeira prática ou a vida de uma política pública, que as fases geralmente se apresentam misturadas, e que as sequências podem alternar-se. Outros afirmam que não há ponto de início ou fim de uma política pública, e que o processo de política pública é incerto, e as fronteiras entre as fases não são distintas. Secchi (2010). O quadro abaixo sintetiza e explica as sete principais fases do ciclo de políticas públicas:

Quadro 1: Sintetização das fases do ciclo de políticas públicas

(Continua)

Fases do ciclo		Definições
Identificação do problema	do	A percepção do problema público consiste em identificar uma discrepância entre a realidade atual (status quo) e uma situação desejada ou possível. Para delimitar o problema, é necessário identificar claramente seus elementos e sintetizá-lo em uma frase concisa que capte sua essência. Quando houver interesse em resolver esse problema, ele deve ser incluído na lista de prioridades, ou seja, na agenda de ações.

Quadro 1: Sintetização das fases do ciclo de políticas públicas

(Conclusão)

Fases do ciclo	Definições
Formação da agenda	A agenda consiste em um conjunto de problemas ou temas entendidos como relevantes. Agenda política (conjunto de problemas ou temas que a comunidade política percebe como merecedor de intervenção pública, satisfazendo as condições de atenção, resolubilidade e competência); Agenda formal ou institucional (elencas os problemas ou temas que o poder público já decidiu enfrentar); e Agenda da mídia (conjunto de problemas ou temas que recebem especial atenção dos diversos meios de comunicação).
Formulação de alternativas	O processo de tomada de decisão, que envolve o estabelecimento de objetivos e estratégias, bem como a análise das potenciais consequências de cada alternativa de solução. É complexo e pode variar dependendo do contexto e da natureza do problema a ser resolvido. A combinação adequada desses elementos ajuda a tomar decisões mais informadas e acertadas, considerando as possíveis consequências e impactos das escolhas feitas.
Tomada de decisão	Representa o momento em que os interesses dos atores são equacionados e as intenções (objetivos e métodos) de enfrentamento de um problema público são explicitadas. A dinâmica de escolha de alternativa para problemas públicos pode ser entendida de três formas: os tomadores de decisão têm problemas em mãos e correm atrás de soluções (Modelo de racionalidade absoluta e Modelo de racionalidade limitada); os tomadores de decisão vão ajustando os problemas às soluções, e as soluções aos problemas (Modelo incremental); e os tomadores de decisão têm soluções em mãos e correm atrás de problemas (Modelo da lata do lixo ou modelo dos fluxos múltiplos).
Implementação	Fase fundamental para transformar as intenções em ações concretas. A implementação de políticas públicas se dá basicamente por meio do Modelo top-down (de cima para baixo, caracterizado pela separação clara entre o momento de tomada de decisão e o de implementação, em fases consecutivas) e do Modelo bottom-up (de baixo para cima, caracterizado pela maior liberdade de burocratas e redes de atores em auto-organizar e modelar a implementação de políticas públicas). A análise cuidadosa da implementação é essencial para aprimorar a eficácia das políticas públicas e garantir que elas atinjam seus objetivos desejados
Avaliação	Essa etapa é crucial para analisar o processo de implementação e o desempenho da política, proporcionando informações valiosas para aprimorar a eficácia e efetividade das ações governamentais.
Extinção	As principais causas que podem levar à extinção de uma política pública, são: problema resolvido; programas, leis ou ações avaliadas como ineficazes; ou o problema perdeu importância, saindo de pauta. É possível que, após um período de maturação e estabilização, algumas políticas públicas tomem vida própria e continuem a existir, mesmo após o problema que a motivou ter sido resolvido ou se tornado inexistente.

Fonte: criação da autora, adaptado de Secchi (2013, p.43-68)

2.1.2 Avaliação de Políticas públicas, e suas tipologias

O termo avaliação é usado no cotidiano como uma forma de julgamento, que na informalidade efetua-se rotineiramente sobre todos os aspectos das nossas vidas. Porém existem avaliações com embasamentos, análises e estudos sobre um determinado processo, que envolve julgamentos detalhados e criteriosos, estes são denominadas avaliações formais. RUA, 2010. Segundo Rua (2010), a avaliação formal difere da informal uma vez que “é o

exame sistemático de quaisquer intervenções planejadas na realidade, tendo por base procedimentos científicos de coleta e análise de informação sobre o conteúdo, estrutura, processo, resultados e/ou impactos de políticas, programas ou projetos”.

A avaliação é “a fase do ciclo de políticas públicas em que o processo de implementação e o desempenho da política pública são examinados com o intuito de conhecer melhor o estado da política e o nível de redução do problema a gerou” Secchi, 2013. A avaliação é fundamental no ciclo de vida de uma política pública e pode ocorrer em diferentes momentos: antes, durante ou após a implementação da política. Essa avaliação é realizada com o propósito de obter informações relevantes (SECCHI, 2013), que contribuam para a melhoria da política, tornando-a mais efetiva e eficiente no alcance de seus objetivos. Segundo RUA (2010), a avaliação formal difere da informal uma vez que “é o exame sistemático de quaisquer intervenções planejadas na realidade, tendo por base procedimentos científicos de coleta e análise de informação sobre o conteúdo, estrutura, processo, resultados e/ou impactos de políticas, programas ou projetos”.

De acordo com Secchi (2016), a avaliação é uma atividade instrumental que possui um caráter prescritivo e de instrumentalização prática. Isso significa que seu objetivo vai além de simplesmente medir o desempenho da política, pois busca fornecer orientações para o aprimoramento do programa, sua continuidade ou, se necessário, a sua extinção. A avaliação é uma ferramenta importante para a tomada de decisões informadas e baseadas em evidências.

Conforme apontado por RUA (2012), foi na década de 1980 que a avaliação assumiu uma posição estratégica em todo o ciclo de políticas públicas. Essa mudança ocorreu em função de diversas transformações nas relações entre o Estado e a sociedade, bem como na reforma da administração pública. Nesse período, houve uma crescente ênfase na busca por resultados efetivos e eficientes das políticas implementadas. Portanto, a avaliação como "instrumento estratégico" significa que ela passou a ser vista como uma ferramenta essencial para a tomada de decisões informadas, baseadas em evidências e alinhadas aos objetivos da política. A partir desse enfoque estratégico, a avaliação não se limita apenas a verificar o desempenho passado, mas também a orientar o processo de formulação, implementação e revisão das políticas públicas. Segundo RUA (2012), essa abordagem contribui para o aperfeiçoamento contínuo das políticas públicas, garantindo que elas sejam mais eficazes, responsáveis e atendam aos interesses e necessidades da população.

Portanto, a avaliação desempenha um papel crucial na gestão de políticas públicas, fornecendo informações estratégicas, possibilitando ajustes eficientes e contribuindo para a confiança e credibilidade das ações do governo. Cavalcanti (2006).

Para Secchi (2013), a avaliação de uma política pública compreende a definição de critérios, que são fundamentais em entendimentos valorativos da realidade e abastecem o avaliador de parâmetros para julgar se uma política pública funcionou bem ou mal. Os critérios são:

- 1) Economicidade refere-se ao nível de uso de recursos (inputs);
- 2) Eficiência econômica, da relação entre recursos utilizados (inputs) e a produtividade (outputs);
- 3) Eficiência administrativa, que trata do nível de conformação da execução dos métodos preestabelecidos;
- 4) Eficácia, que corresponde ao nível de alcance de metas e objetivos preestabelecidos;
- 5) Equidade, corresponde a homogeneidade de distribuição de benefícios (ou punições) entre destinatários de uma política pública. (SECCHI, 2013, p. 50).

Rua (2009) conceitua esses critérios como: eficiência, eficácia e efetividade. O quadro 2 traz um resumo representativo do que a autora apresenta:

Quadro 2: Definições de Eficiência, Eficácia e Efetividade

Critérios	Definições
Eficiência	Relaciona atividades com seus produtos iniciais, intermediários e finais (metas e objetivos). Como, análise dos custos e prazos esperados.
Eficácia	Relaciona produtos com seus custos (financeiros, humanos, tempo).
Efetividade	Relaciona produtos com seus efeitos na realidade que se quer transformar, ou seja, consequências.

Fonte: criação da autora, adaptado de Rua (2009, p.117-118)

A pesquisa avaliativa é uma abordagem que utiliza técnicas de coleta de dados para avaliar programas, políticas ou intervenções, e a avaliação formal pode empregar um conjunto variado de métodos de diagnóstico e análise, bem como instrumentos próprios da pesquisa social. (RUA, 2010). Essa abordagem busca fornecer evidências e informações para compreender a efetividade, eficiência, relevância e impacto das ações governamentais ou de qualquer outra iniciativa que esteja sendo avaliada. (RUA, 2010). Sendo assim, os instrumentos próprios da pesquisa social referem-se à ferramentas e técnicas desenvolvidas especificamente para avaliações e pesquisas em ciências sociais. Isso pode incluir questionários e roteiros de entrevistas elaborados para a coleta de dados durante a avaliação, protocolos para a condução de observações, diretrizes para a análise qualitativa, entre outros recursos que auxiliam na condução da pesquisa avaliativa de maneira estruturada e rigorosa. (RUA, 2009). A pesquisa avaliativa é uma ferramenta essencial para avaliar a eficácia e o impacto das intervenções e subsidiar a tomada de decisões informadas no âmbito das políticas públicas e outras áreas de atuação.

A avaliação formal pode ser flexível em relação aos métodos de pesquisa adotados e, muitas vezes, utiliza uma abordagem combinada que envolve a seleção de diversos métodos, dependendo das características específicas do objeto avaliado, dos objetivos da avaliação e das limitações de recursos, como tempo e custo. (RUA, 2010). Dessa forma, a avaliação formal pode adotar uma variedade de métodos de pesquisa, que podem ser aplicados de forma sequencial, simultânea ou em fases distintas da avaliação. O importante é garantir que os métodos selecionados sejam apropriados e adequados para responder às perguntas de pesquisa e fornecer informações relevantes para a tomada de decisões e o aprimoramento das políticas e programas. A flexibilidade e a adaptabilidade na escolha dos métodos são essenciais para garantir uma avaliação abrangente e robusta. (RUA, 2010). O Quadro 3 apresenta resumidamente, algumas das tipologias de avaliações existentes:

Quadro 3 - Tipos de avaliação de políticas públicas

(Continua)

Tipo de Avaliação	Descrição do Método
<i>Ex-ante</i>	Avaliação realizada antes do início do projeto, visando conferir viabilidade do que será implementado, com relação “custo-benefício”. Procura orientar sobre a realização de um programa, com relação a formulação e desenvolvimento, propondo escolher um instrumento que permite escolher a melhor opção estratégica.
Intermediária	Ocorre quando transcorrido algum tempo após a implementação de alguma intervenção (política pública, programa ou projeto), de forma que já seja possível reconhecer tanto seus processos quanto seus produtos (bens e serviços de produção ou prestação continuada), com o intuito de verificar se está na direção desejada, podendo incidir sobre processos, produtos intermediários, qualidade ou satisfação.
<i>Ex-post</i>	Investiga se a política atingiu os resultados esperados pelos formuladores.
Interna	Quando a intervenção (política pública, programa ou projeto) é avaliada por uma equipe envolvida com sua implementação, objetivando avaliar a intervenção, seus processos e seus produtos, a consecução dos objetivos e metas, dentre outros.
Externa	Quando realizada por uma equipe que não tem envolvimento com a implementação da política pública, programa ou projeto. Podem ser consultores externos, agentes do controle interno ou do controle externo e até mesmo equipes do próprio órgão responsável pela intervenção, desde que não estejam diretamente envolvidas com a sua implementação.
Mista	Quando conduzida por uma equipe interna em parceria com outra, externa. As duas formulam o plano de avaliação e constroem os instrumentos juntas, para em seguida aplicar os instrumentos e analisar os dados separados. Após, unem-se para comparar as conclusões e chegar a um termo comum, permitindo a superação tanto das distorções próprias da avaliação interna, quanto das dificuldades resultantes do distanciamento excessivo que é próprio da avaliação externa.
De conformidade	Corresponde ao exame da aderência à lei dos atos normativos da política pública/programa/projeto e também dos atos do gestor na condução das suas atividades, inclusive, na gestão da “coisa pública”, tendo como objeto, sobretudo, o processo e não os resultados.

Quadro 3 - Tipos de avaliação de políticas públicas

(Conclusão)

Tipo de Avaliação	Descrição do Método
Desempenho (o que se obtém com a política)	Institucional: finalidade de avaliar a forma em que a instituição realiza a missão atribuída, observando objetivos e metas.
	Individual: conferir o desempenho de cada profissional no cumprimento das suas atribuições para atingir as metas e objetivos.
Formativa ou de processo	Investiga como o programa funciona, quais estratégias utilizadas. Neste tipo, se centraliza nos processos, podendo ser considerada de maior uso na fase de implementação de uma política. Preocupa-se na efetividade da política, se o público alvo está sendo atendidos.
Somativa	Visa a subsidiar decisões finais sobre a continuidade ou não de um programa ou projeto associado à determinada política pública (ex.: redimensionamento do público alvo, mitigação de efeitos colaterais). Costuma adotar avaliação externa ou mista e pode ocorrer tanto como avaliação intermediária (desde que em estágios avançados) ou <i>ex-post</i> . Representa um instrumento de gestão, responsabilização e de aprendizagem organizacional.

Fonte: Adaptado de Rua (2010) e Cavalcanti (2006).

Segundo Rua (2010, p.18), o objetivo da avaliação “é obter informações para aperfeiçoar o programa, a avaliação deverá ser formativa”. Para Cavalcanti (2006) a avaliação formativa ou de processo é focada na gestão e no funcionamento do programa ou política, sendo mais utilizada na fase de implementação já que enfatiza aspectos relacionados diretamente com a formação do programa enquanto está em funcionamento, tais como seus processos e mecanismos de execução.

Segundo Cavalcanti (2006), embora seja considerada como instrumento de fundamental importância para o processo decisório, ainda existem dúvidas quanto aos modelos a serem adotados, muitas vezes, construídos caso a caso e com resultados parciais e irrelevantes, comprometendo a tomada de decisão por parte dos gestores públicos. Para Rua (2010), os processos de avaliação são frequentemente percebidos como dever, ameaça ou imposição externa (governo ou organismos financiadores internacionais), dificultando a sua apropriação como ferramenta de gestão pública.

Importante destacar que o reconhecimento da avaliação como instrumento de gestão, por si só, não produz efeitos que subsidiem a gestão pública, pois, segundo Rua (2010), frequentemente os processos de avaliação são percebidos como dever ou ameaça decorrente de imposições de instâncias de governos ou organismos financiadores internacionais.

Após evidenciarmos aspectos acerca das avaliações de políticas públicas, no próximo capítulo trataremos das políticas públicas de cultura e arte do Brasil.

2.2 POLÍTICAS PÚBLICAS DE CULTURA E ARTE NO BRASIL

Passada a compreensão sobre o conceito de políticas públicas e seus tipos de avaliação, neste capítulo trataremos das políticas públicas de cultura e arte no Brasil, e um breve recorte da política pública de cultura e arte na Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC.

Canclini (2001, p.65) define política de cultura e arte como:

O conjunto de intervenções realizadas pelos estados, instituições civis e grupos comunitários organizados com o objetivo de orientar o desenvolvimento simbólico, satisfazer as necessidades culturais da população e obter consenso para um tipo de ordem ou transformação social. Mas esse caminho precisa ser expandido levando-se em consideração o caráter transnacional dos processos simbólicos e materiais hoje.

2.1.1. Definições de Cultura e Arte

A origem da palavra "cultura" está associada ao contexto agrícola, referindo-se inicialmente ao ato de cultivar a terra e desenvolver plantações. Com o tempo, esse termo foi ampliado e passou a englobar outras áreas, como a puericultura (cuidado e educação das crianças), o culto religioso aos deuses e, atualmente, abrange diversas práticas humanas, como artes, ciências, técnicas, filosofia e ofícios. A cultura é vista como um sistema de significações criado pelos grupos sociais por meio da interação entre os indivíduos. Essa interação social leva à elaboração de valores, ideias, comportamentos e identidades que constituem a cultura de uma sociedade. (CHAUI, 2008). É um componente importante no desenvolvimento de uma nação, e junto com fatores econômicos e sociais, forma a base da cidadania de um povo.

É essencial ampliar o conceito de cultura, considerando-o como uma invenção coletiva de símbolos, valores e ideias, e reconhecendo que todos os indivíduos e grupos são seres e sujeitos culturais. A "Ação Cultural" no Brasil começou a ser delineada na década de 1940 com Mário de Andrade em 1977, com a frase: “quisermos ser funcionalmente verdadeiros, e

não nos tornarmos muambas inermes e bobos da corte (...) temos de adotar os princípios da arte-ação” (ANDRADE, 1977), enfatizando a importância de não apenas criar arte, mas também de agir para que ela não ficasse apenas na teoria. A ação cultural visava promover a consciência da função histórica do brasileiro e colocar a arte a serviço da educação e formação do público. TEIXEIRA (2012).

A ação cultural é vista como um ato de mover-se para que algo aconteça, promovido por um agente de ação, que idealiza algo para si mesmo ou para um coletivo. (TEIXEIRA, 2012). No contexto da cultura, a ação cultural envolve criar ou organizar condições para que as pessoas possam inventar seus próprios fins e se tornarem sujeitos de cultura, em vez de serem apenas objetos. Ela permite que os indivíduos tenham controle sobre suas ações, façam escolhas, se tornem protagonistas de suas histórias e interfiram na sociedade. Dessa forma, a ação cultural capacita as pessoas a construir conhecimento de maneira mais livre e consciente, fortalecendo sua participação ativa na vida cultural e social.

A cultura é concebida como um sistema articulado que vai além do indivíduo, estabelecendo as condições para a vida coletiva. A cultura desempenha um papel fundamental em três dimensões contemporâneas e convergentes: a política, a economia e a justiça social.

No âmbito político, a cultura se manifesta nos espaços de poder e vida pública, sendo um elemento importante na vida coletiva. Ela desloca conflitos políticos para o campo da cultura e pode ser eficiente como instrumento de legitimação do Estado contemporâneo. A cultura permite expor contradições e incoerências do processo da civilização, estimulando a busca por novas formas de construção social capazes de lidar com essas contradições, sempre com o ser humano como ponto de partida. Na dimensão social, a cultura está intrinsecamente ligada à ideia da construção da cidadania, proporcionando experiências de inclusão e pertencimento. Em uma sociedade marcada pela violência e deterioração das regras de convívio, a cultura tem sido essencial para a realização da cidadania. No contexto econômico, a cultura se mostra como uma atividade geradora de renda, emprego, impostos, infraestrutura e riqueza. Ela é considerada uma mola propulsora do desenvolvimento sustentável, com espaços econômicos próprios como a indústria cultural e o mercado cultural.

Contudo, a expansão do aspecto econômico da cultura também traz consigo uma série de relações e tensões cada vez mais intensas, principalmente em uma sociedade cada vez mais globalizada. Nesse contexto, é importante ampliar as perspectivas de análise para além dos modelos tradicionais. Em resumo, a cultura é um elemento essencial na construção da sociedade e está presente em diversas dimensões da vida coletiva, desde a política e a economia até a promoção da cidadania e inclusão social. Compreender o papel da cultura na

contemporaneidade requer uma análise abrangente e atenta às suas múltiplas manifestações e implicações.

2.2.2 O debate sobre políticas públicas de cultura e arte no Brasil

No Brasil, segundo Castanho (1987), a Primeira Semana de Arte Moderna que ocorreu em São Paulo no ano de 1922 foi um movimento cultural de grande repercussão como ação inicial da Política Pública de Cultura, onde reuniu artistas e intelectuais que buscavam assimilar outras culturas, partindo também da ideia de um país miscigenado, que possui várias culturas em sua formação, na Semana da Arte Moderna, pôde-se experimentar raízes culturais do País.

Durante a Era Vargas (1930-1945), o governo brasileiro liderado por Getúlio Vargas buscou centralizar o poder, enfraquecendo as oligarquias estaduais e construindo um sentimento de "brasilidade" para unir o país em torno do poder central. De acordo com Barbalho (2013, p. 14), esse contexto, a educação e a cultura assumiram um papel de destaque como instrumentos para a construção dessa identidade nacional. Diversas instituições foram criadas nessa década, todas ligadas à cultura e à educação, com o objetivo de fortalecer o controle e a influência do governo sobre essas áreas. Alguns exemplos dessas instituições são:

a) Serviço Nacional de Teatro (SNT): Foi criado em 1937 e tinha como objetivo organizar e regulamentar a atividade teatral no país, buscando promover uma produção artística que estivesse alinhada aos interesses do Estado.

b) Instituto Nacional do Livro (INL): Criado em 1937, tinha a missão de promover a produção, a edição e a distribuição de livros, buscando difundir uma literatura que fortalecesse os valores e a ideologia do governo.

c) Instituto Nacional do Cinema Educativo (INCE): Fundado em 1936, tinha como função produzir filmes educativos para serem exibidos em escolas e disseminar a visão do governo sobre a história e a cultura do Brasil.

d) Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP): Criado em 1939, o DIP tinha poderes amplos para censurar a imprensa, controlar a propaganda e difundir a ideologia do governo. Foi uma ferramenta essencial para a disseminação do nacionalismo e da "brasilidade" pretendidos pelo regime.

É importante destacar que essa busca por uma "brasilidade" unificada e a centralização do poder também foram acompanhadas de práticas autoritárias e de restrições às liberdades individuais, como a censura à imprensa e a perseguição a opositores políticos. A Era Vargas

foi um período complexo e controverso na história do Brasil, com importantes transformações culturais e educacionais, mas também com violações aos direitos democráticos e liberdades civis.

Durante o período de 1937 a 1945, conforme aponta RUBIM (2007, p. 104), “a política cultural implantada valorizava o nacionalismo, a brasilidade, a harmonia entre as classes sociais, o trabalho e o caráter mestiço do povo brasileiro”.

Rubim (2007) destacou dois acontecimentos importantes que tiveram lugar no início das políticas culturais brasileiras na década de 1930:

- a) Atuação de Mário de Andrade no Departamento de Cultura da Prefeitura de São Paulo (1935-1938): Mário de Andrade foi um importante escritor, músico e estudioso da cultura brasileira. Ele defendia que a cultura deveria ser algo vital e acessível a todos os brasileiros, não apenas uma elite. Sua atuação no departamento teve repercussão nacional e marcou o início das políticas culturais no Brasil, com uma intervenção estatal mais ativa nessa área.
- b) Implantação do Ministério da Educação e Saúde (1930): O Ministério da Educação e Saúde foi criado em 1930 (BRASIL, 1930). A criação desse ministério representou uma importante mudança na política cultural do Brasil, pois reforçou a ideia de que a cultura era uma questão central para o desenvolvimento e bem-estar da sociedade. Sob a liderança de Capanema, o ministério promoveu diversas iniciativas culturais, incluindo a valorização e promoção das artes, a preservação do patrimônio cultural brasileiro, o estímulo à educação e a preocupação com a saúde da população.

Esses dois acontecimentos marcaram uma nova era nas políticas culturais brasileiras, com uma maior atuação do Estado na promoção e valorização da cultura como elemento essencial para a construção da identidade nacional e o desenvolvimento do país. A visão de Mário de Andrade sobre a cultura como algo vital ao cidadão brasileiro e a implantação do Ministério da Educação e Saúde sob a liderança de Gustavo Capanema foram fundamentais para esse avanço.

Com a criação do Ministério da Educação e Saúde, em 1930, a Constituição da República introduz na prática legislativa, um capítulo específico de cultura, com base no artigo 148 da Constituição de 34 (BRASIL, 1934), dando as primeiras pinceladas na legalização da Cultura com a seguinte redação: “favorecer e animar o desenvolvimento das ciências, das artes, das letras e da cultura em geral, proteger os objetos de interesse histórico e o patrimônio artístico do país, bem como prestar assistência ao trabalhador intelectual”, sendo

o Estado o responsável pelo processo, e dando início ao histórico da Política Nacional de Cultura no Brasil. Castanho (1987, p. 50) corrobora com o texto Constitucional (BRASIL, 1937) quando reproduz trecho da Constituição de 1937, com

a arte, a ciência e o seu ensino são livres à iniciativa individual e de grupos e associações, sendo dever do Estado contribuir direta ou indiretamente para o estímulo e desenvolvimento delas, favorecendo ou fundando instituições artísticas, científicas e de ensino, como também preservar os monumentos históricos, artísticos e naturais,

intensificando o artigo 148, da Constituição de 37, como o marco histórico no desenvolvimento da Política de Cultura e Arte.

É função do Estado manter o patrimônio cultural, pois protege e garante a identidade do país. Essa reponsabilidade não se limita apenas à conservação de bens, mas também aumentar o fluxo de construção de bens culturais, que somente será possível com a democratização do acesso à cultura. Com o intuito de preservar o patrimônio cultural brasileiro, é criado em 1937 o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) (BRASIL, 1937), transformado em 1970 em Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) (BRASIL, 1970), que passa a construir a memória social do povo brasileiro, colaborando para a formação de uma identidade nacional. Em 1938, surge o Conselho Nacional de Cultura (CNC), por meio do Decreto-Lei nº 526/1938 (BRASIL, 1938), vinculado ao Ministério da Educação e Saúde, que tinha como objetivo, coordenação de todas as atividades concernentes ao desenvolvimento cultural, que eram definidos pelas áreas de: atividades filosófica, científica, literária e artística, de conservação do patrimônio cultural (patrimônio histórico, artístico, documentário, bibliográfico, entre outros), de intercâmbio intelectual, de difusão cultural entre as massas, de propaganda e campanha em favor das causas patrióticas ou humanitárias, de educação cívica, física e de recreação individual ou coletiva.

Com base na constituição de 46, no ano de 55, foi criado o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), com intuito de “analisar e compreender criticamente a realidade brasileira, visando à elaboração de instrumentos teóricos que permitam o incentivo e a promoção do desenvolvimento nacional” (BRASIL, 1955). Em sua composição, a direção ficava a cargo de um Conselho Curador, cujos membros eram intelectuais escolhidos por sua notória competência nos assuntos que constituíam o objeto das atividades do ISEB. Rubim (2007, p.105), aponta que apesar do ISEB não ser estritamente uma instituição voltada para as políticas, culturais, ele terá um enorme impacto, através da invenção de um imaginário social que perpassa o pensamento e a ação de governantes e as mentes e corações dos criadores e

suas obras. De acordo com Fávero (2006), a partir da década de 50, o Brasil passou por um acelerado ritmo de desenvolvimento impulsionado pela industrialização e crescimento econômico, o que resultou em várias transformações tanto no campo econômico quanto no sociocultural. No entanto, a cultura, tal como estava estruturada, não passou por grandes avanços. Calabre (2007) destaca que, nessa fase, o desenvolvimento cultural se deu principalmente na esfera privada, e o Estado não promoveu ações diretas com grande impacto na área cultural.

Outro momento que também vai observar a intervenção sistemática do Estado no campo cultural é o período do regime militar instaurado no país com o golpe de 64. Mais uma vez a cultura é percebida como elemento central na garantia do nacionalismo. Assim o governo militar não pretende restringir-se a uma ação repressora na cultura, tanto que em 66 é criado o Conselho Federal de Cultura (CFC). (BARBALHO, 2013, p. 15)

Com o Golpe de 1964 e a tomada do poder pelos militares no Brasil, o autoritarismo e políticas culturais tornaram-se associados (RUBIM, 2007). Logo após o golpe, o governo militar buscou assumir o controle da cultura no país através de uma série de iniciativas que envolviam o controle das telecomunicações, da mídia e a implementação de medidas repressivas e censura. Nesse período, houve uma tentativa de institucionalização da cultura, porém de forma autoritária, elitista e classista. O Primeiro Plano Nacional de Cultura, denominado à época de Política Nacional de Cultura foi aprovado em 1975, em um período otimista para o país devido ao milagre econômico (CASTANHO, 1987, p. 104; RUBIM, 2007, p. 21). Essa aprovação ocorreu num momento otimista para o país, influenciado pelo chamado "milagre econômico", período de crescimento econômico acelerado durante a ditadura militar. É importante ressaltar que essas políticas culturais implantadas durante a ditadura militar eram caracterizadas por um controle rígido do Estado sobre as expressões artísticas e culturais, com o intuito de propagar uma visão de cultura alinhada aos valores do regime. Isso resultou em uma cultura oficial e conservadora, que marginalizava manifestações culturais consideradas subversivas ou críticas ao governo.

Essa fase da história brasileira marcou um período de supressão das liberdades culturais e de perseguição a artistas e intelectuais que se opunham ao regime militar. Somente após a redemocratização do país, com o fim da ditadura militar, foi possível resgatar e retomar a pluralidade cultural e a diversidade de expressões artísticas que caracterizam o Brasil. Em 1976, ocorreu o primeiro encontro de Secretarias Estaduais de Cultura, que impulsionou a criação de um fórum de discussão. Esse fórum contribuiu para fortalecer a ideia da criação de um ministério independente da cultura. (CALABRE, 2007).

Após o fim da ditadura e a reabertura democrática, surgiu um novo projeto de país, e em 1985 foi criado o Ministério da Cultura-MinC. (BRASIL, 1985). No entanto, esse momento era marcado por instabilidade política e desafios financeiros. Uma das principais dificuldades enfrentadas pelo MinC era a escassez de recursos financeiros para a cultura. Para lidar com esse problema, em 1986, foi promulgada a Lei nº 7.505, que ficou conhecida como Lei Sarney. (BRASIL, 1986). Essa foi a primeira lei brasileira a estabelecer incentivos fiscais para o financiamento da cultura. Ao invés de financiar diretamente a cultura por meio do orçamento estatal, a Lei Sarney possibilitou que os recursos fossem buscados no mercado, incentivando empresas a destinarem parte de seus impostos para projetos culturais. Esse mecanismo foi uma tentativa de viabilizar financeiramente a cultura no país, impulsionando a realização de diversos projetos e eventos culturais que, de outra forma, não teriam recursos suficientes para acontecer. No entanto, ao mesmo tempo, também gerou debates e críticas sobre a dependência da cultura em relação aos interesses das empresas e sobre a possibilidade de a Lei Sarney favorecer apenas determinados setores culturais em detrimento de outros. Apesar das controvérsias, a Lei Sarney foi um marco importante no estabelecimento de políticas culturais no Brasil e abriu caminho para a criação de outras leis de incentivo à cultura que vieram posteriormente, e continua sendo parte significativa do panorama cultural e artístico brasileiro.

Tendo em vista as conquistas com a Lei Sarney, em 1991 foi sancionada a Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991 (BRASIL, 1991), conhecida como Lei Rouanet, que foi criada com o objetivo de incentivar e fomentar a produção cultural e artística no país também por meio de mecanismos de renúncia fiscal. Recebeu o nome em homenagem ao então Secretário Nacional de Cultura, Sérgio Paulo Rouanet. O principal mecanismo da Lei Rouanet é a possibilidade de empresas, já existente na Lei Sarney, mas acrescentou a possibilidade de pessoas físicas também patrocinarem projetos culturais e artísticos, tais como peças de teatro, shows, exposições, filmes, livros, festivais, entre outros, e deduzir o valor do patrocínio do Imposto de Renda devido. Ou seja, parte do valor que seria pago em impostos é direcionado para financiar a produção cultural do país.

Para obter o incentivo fiscal da Lei Rouanet, os proponentes devem submeter seus projetos ao Ministério da Cultura (atualmente, o Ministério do Turismo), que avaliará a sua relevância cultural e sua adequação às diretrizes da lei. Uma vez aprovados, os projetos podem buscar patrocínio de empresas ou pessoas físicas interessadas em investir em cultura e obter o benefício fiscal. A Lei Rouanet tem sido alvo de discussões e críticas ao longo dos anos, com questionamentos sobre a sua eficácia, a distribuição dos recursos e a transparência

na sua aplicação. No entanto, também é reconhecida como uma importante fonte de apoio para o setor cultural e artístico do Brasil, permitindo a realização de uma grande diversidade de projetos culturais em todo o país.

Em 1992, com o impeachment de Collor e a ascensão de Itamar Franco à presidência, dá-se a recriação do MinC, porém como anteriormente, a pasta estava descapitalizada economicamente e simbolicamente, o que reflete na rápida troca de ministros, novamente 1 (um) ministro a cada ano. (Barbalho, 2013). A partir do final da década de 1990 e início dos anos 2000, não houve mudanças significativas na forma de financiamento da cultura no Brasil, que continuou sendo majoritariamente por meio de leis de incentivo fiscais. (SILVA; DUTRA, 2012). No entanto, houve uma mudança importante na atitude do Estado em relação à cultura, que passou a ser construída em conexão com a sociedade e de forma mais democrática. O diálogo entre o Estado e a sociedade possibilitou romper com a tradição autoritária, abrindo espaço para que o desafio de formular e implantar políticas culturais em circunstâncias democráticas fosse colocado na agenda do Ministério da Cultura (MinC). Rubim (2010).

A partir do segundo milênio, houve uma retomada do papel ativo do Estado nas políticas culturais do Brasil, adotando uma perspectiva inclusiva e plural de política cultural. Essa mudança significou o abandono da visão elitista e discriminadora de cultura, que historicamente havia prevalecido, e também representou um contraponto ao autoritarismo que permeou a história cultural do país. Para Carvalho (2001) a cultura é intrínseca na sociedade, e pensar nela como algo separado do processo produtivo é um equívoco que precisa ser superado, principalmente na gestão cultural. Segundo Rubim (2010), é fundamental uma reflexão teórico-conceitual e política sobre a noção e o campo de atuação do Ministério, visando aprimorar suas ações e estratégias. Pois apesar dos avanços e mudanças de perspectiva, o Ministério da Cultura (MinC) ainda enfrenta desafios e limitações organizacionais e financeiras para efetivamente implementar uma política cultural ampla e transversal.

A partir de 2003, foram realizadas inúmeras conferências estaduais e municipais de cultura, culminando com a I Conferência Nacional de Cultura em 2005. Esses eventos permitiram que a sociedade brasileira participasse das discussões e influenciasse nas decisões, contribuindo, junto com o Estado, para a construção das políticas públicas de cultura. (RUBIM, 2010). Nesse contexto, o Estado adotou uma concepção antropológica de cultura, ampliando o âmbito de atuação do MinC, que deixou de se restringir ao patrimônio material e às artes tradicionalmente reconhecidas. As políticas culturais expandiram suas fronteiras para

abranger as culturas populares, afro-brasileiras, de gênero, indígenas, de orientação sexual, das redes e tecnologias digitais, das periferias e outras manifestações culturais diversas. (RUBIM, 2010). Esse novo olhar sobre a cultura foi materializado com a criação e implantação do Plano Nacional de Cultura em 2010, com a Lei Nº 12.343, que Institui o Plano Nacional de Cultura - PNC, cria o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais - SNIIC e dá outras providências. (BRASIL, 2010). O Plano Nacional de Cultura estabeleceu diretrizes e metas para o desenvolvimento cultural do país, com o objetivo de promover a diversidade cultural, o acesso aos bens culturais e a valorização das manifestações culturais em todas as suas formas. Essa mudança de perspectiva representou um importante avanço na promoção da cultura como um direito e elemento essencial para o desenvolvimento social, econômico e humano do Brasil, buscando reconhecer e valorizar a pluralidade e riqueza das expressões culturais presentes no país.

Em 2016, após a posse de Michel Temer como presidente interino, o MinC foi brevemente extinto e reincorporado ao Ministério da Educação. Contudo, a decisão foi revista e o ministério voltou a existir, na época sob comando de Roberto Freire. Ao ser eleito presidente, Jair Bolsonaro anunciou a extinção do Ministério da Cultura, sendo suas atribuições incorporadas ao recém-criado Ministério da Cidadania, que absorveu também a estrutura do Ministério do Esporte e do Ministério do Desenvolvimento Social. Em sete de novembro de 2019, a Secretaria Especial da Cultura foi transferida para o Ministério do Turismo.

Em 2022, em resposta aos impactos da pandemia de COVID-19 sobre o setor cultural, foram aprovadas duas importantes leis no Brasil: a lei de Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura, com a Lei 14.017 e suas alterações (BRASIL, 2022), e a Lei Paulo Gustavo, Lei Complementar nº 195 (BRASIL, 2022). Essas leis tiveram caráter emergencial e visaram combater e mitigar os efeitos econômicos e sociais da pandemia sobre a cultura brasileira. Elas previram repasses financeiros a estados, municípios e ao Distrito Federal, destinados a ações emergenciais de apoio ao setor cultural. A Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura foi criada para oferecer auxílio emergencial a trabalhadores da cultura, artistas, técnicos, produtores culturais, entre outros profissionais que foram afetados pela suspensão de atividades culturais durante a pandemia. O projeto também incluiu apoio financeiro para espaços culturais e iniciativas artísticas que tiveram que interromper suas atividades presenciais. Já a Lei Paulo Gustavo teve como objetivo auxiliar os profissionais do setor cultural que foram afetados pela pandemia, com foco especialmente em trabalhadores da área de entretenimento e eventos, que foram fortemente impactados pelas restrições e medidas

de segurança. Essas leis representaram um importante apoio governamental ao setor cultural em um momento de grande vulnerabilidade e desafios para os artistas, produtores e demais profissionais da cultura. Elas possibilitaram o acesso a recursos financeiros que ajudaram a minimizar os prejuízos causados pela pandemia, garantindo a continuidade de atividades culturais e a sobrevivência de muitos agentes culturais no país.

2.2.3 O debate sobre políticas institucionais de cultura e arte nas universidades

Uma questão importante nesse contexto histórico da cultura no Brasil é o alinhamento da Política Pública de Cultura com as universidades e seus respectivos planos e ações de cultura. Fortalecer a inter-relação entre universidade e sociedade é essencial para fomentar o diálogo, a participação e a produção cultural de forma mais abrangente e enriquecedora. A aproximação entre as instituições de ensino superior e a gestão cultural pode contribuir para uma maior democratização e valorização das manifestações culturais, além de estimular a produção de conhecimento e a formação de profissionais qualificados no campo da cultura.

Portanto, superar as limitações e desafios da política cultural no Brasil requer uma abordagem integrada, que considere a cultura como um componente essencial e transversal da vida social, conectando-a de maneira mais estreita com a sociedade e com as instituições de ensino superior. Isso permitirá que a cultura seja valorizada e desenvolvida de forma mais ampla, plural e inclusiva no país.

A partir dos anos 2000 as Instituições Públicas de Ensino Superior (IPES) brasileiras passaram por um processo de estruturação e fortalecimento das políticas voltadas para a área da cultura. (CERQUEIRA, 2021, p. 16). Com a criação no Plano Nacional de Extensão Universitária em 2000/2001, o governo institucionaliza as ações de extensão nas universidades brasileiras, tendo como premissa na política pública, (Plano Nacional de Extensão Universitária, 2012), sendo as universidades públicas brasileiras instituições criadas para atender às necessidades do país. Estão distribuídas em todo o território nacional e em toda a sua existência sempre estiveram associadas ao desenvolvimento econômico, social, cultural e político da nação, constituindo-se em espaços privilegiados para a produção e acumulação do conhecimento e a formação de profissionais cidadãos. O Programa de Extensão Universitária, instituído pelo Decreto nº 6.495/2008 (BRASIL, 2008), tem como finalidade apoiar as instituições públicas de educação superior no desenvolvimento de projetos de extensão universitária. Esses projetos têm o objetivo de ampliar a interação entre

as universidades e a sociedade, promovendo a democratização do acesso ao conhecimento e contribuindo para o desenvolvimento social e cultural do país.

Nesse contexto, os atores públicos desempenham um papel fundamental como gestores na execução e promoção das ações de extensão universitária. Eles devem se preocupar com a preservação do espaço público e com a supressão da unilateralidade dos interesses, especialmente aqueles de cunho econômico que podem aumentar a divisão entre as classes sociais. (Burigo e Ramos, 2014, p. 8). A democratização da cultura dentro das universidades é uma questão relevante nesse contexto. Por meio dos projetos de extensão, as universidades podem contribuir para a promoção da cultura de forma mais inclusiva e abrangente, levando o conhecimento e as expressões culturais para além dos muros da instituição. Isso permite que a cultura seja democratizada e acessível a diferentes segmentos da sociedade, diminuindo as desigualdades de acesso à educação e ao conhecimento.

Além disso, a extensão universitária pode ser uma ferramenta importante para valorizar e preservar o patrimônio cultural, promover a diversidade cultural e estimular a produção e difusão cultural em diferentes regiões do país. Os projetos de extensão também podem fortalecer parcerias com comunidades locais, organizações da sociedade civil e agentes culturais, permitindo uma troca de saberes e experiências enriquecedora para todos os envolvidos. Portanto, a democratização da cultura dentro das universidades é uma das metas que podem ser alcançadas por meio do Programa de Extensão Universitária, contribuindo para uma educação mais aberta, inclusiva e comprometida com o desenvolvimento social e cultural do Brasil.

Após anos trabalhando a Política Nacional de Extensão Universitária pelos gestores das pró-reitoria de extensão das universidades brasileiras, o tema da Política de Cultura e Arte, foi inserido nas discussões durante o XXXI Encontro Nacional, realizado em Manaus, em maio de 2012, tendo como objetivo, os dentre demais:

- a) contribuir para que a Extensão Universitária seja parte da solução dos grandes problemas sociais do País;
- b) estimular atividades de Extensão cujo desenvolvimento implique relações multi, inter e ou transdisciplinares e interprofissionais de setores da Universidade e da sociedade;
- c) criar condições para a participação da Universidade na elaboração das políticas públicas voltadas para a maioria da população, bem como para que ela se constitua como organismo legítimo para acompanhar e avaliar a implantação das mesmas;
- d) possibilitar novos meios e processos de produção, inovação e disponibilização de conhecimentos, permitindo a ampliação do acesso ao saber e defender um financiamento público, transparente e unificado, destinado à execução das ações extensionistas em todo território nacional, viabilizando a continuidade dos programas e projetos;

e) considerar as atividades voltadas para o desenvolvimento, produção e preservação cultural e artística como relevantes para a afirmação do caráter nacional e de suas manifestações regionais. (FORPROEX, 2012, p. 6)

No argumento de Rubim (2019, p. 3), sobre a relação da cultura com a extensão universitária, ele descreve:

A universidade, no âmbito da cultura, pode atuar na: criação, transmissão, difusão, distribuição, veiculação, preservação, consumo, pesquisa, crítica, curadoria, organização e legitimação. Ou seja, todo ciclo dinâmico da cultura pode ser mobilizado pela universidade, dada a complexidade e envergadura potenciais de sua atuação neste registro. O público de suas atividades culturais pode estar circunscrito à sua comunidade interna, como seus estudantes, funcionários e professores, ou atingir a sociedade, na qual as universidades estão inseridas. No mundo global em que se vive hoje, o público extra-universitário pode estar muito além das fronteiras das comunidades do entorno geográfico da instituição. O público pode se localizar à distância, conectado pelas redes, inclusive culturais, que proliferam nas universidades.

Rubim (2009) ainda cita que no Brasil, a cultura é ainda trabalhada por meio das pró-reitorias de Extensão, o que pode enfraquecer a valorização da cultura nas instituições, pois a atuação no ensino e na pesquisa acaba por ficarem esquecidas.

Considerando os artigos 205 e 215 da Constituição de 88, que definem a cultura e a educação como dever do Estado e direito de cada um, reforçando o compromisso de democratizar o acesso às atividades culturais como parte da formação integral de crianças, adolescentes, jovens, e da sociedade, e considerando a importância da formação cultural para o desenvolvimento social do País, o acesso às atividades culturais como meio de promoção da cidadania, o aprendizado da convivência democrática, a participação social e o exercício da cidadania (DOU N. 160, 2015, p. 23), em 2013 é instituído o Programa Mais Cultura nas Universidades, por meio da Portaria Normativa Interministerial MEC/MINC nº 18, de 18 de dezembro de 2013, que institui o Programa Mais Cultura nas Universidades e o Fórum Nacional de Formação e Inovação em Arte e Cultura.

A excelência da formação, promoção, criação e difusão cultural na missão nas universidades, têm levado à criação de Políticas Culturais Institucionais e Planos de Cultura Institucionais Plurianuais nas IPES em todo o país, esse processo é observado em todo o país. (MELLO, 2021, p.2).

Para Mencarelli (2012, p.2), também é preciso registrar que, motivadas pelo Edital Mais Cultura nas Universidades do MEC/MINC, em 2013/2014, quase todas as instituições federais públicas de ensino superior, universidades federais e institutos federais elaboraram planos plurianuais de cultura.

A elaboração da política, por seu turno, para ser democrática e representativa, supõe a concretização de um amplo e participativo diagnóstico cultural de toda universidade, que contemple sua diversidade de atividades de formação, estudos e atuação culturais. O mapeamento apresenta-se como peça básica para a tessitura dialogada, democrática e participativa das políticas culturais universitárias, configuradas em planos de cultura.

Tão importante quanto a capacidade de realizar um rigoroso mapeamento, o processo de discussão, plural e sincero, deve ser capaz de definir e construir politicamente prioridades. Ou seja, produzir um horizonte para viabilizar planos de cultura das universidades, documentos que expressam e sintetizam suas políticas culturais. As ricas relações interdependentes entre mapeamento cultural, políticas culturais e planos de cultura tornam-se vitais para o desenvolvimento substantivo da conexão entre universidades e cultura. (RUBIM, 2019, p. 9)

O Fórum de Gestão Cultural das Instituições Públicas de Ensino Superior Brasileiras (FORCULT) foi criado em 2017 e teve seu regimento aprovado em 2020. Esse fórum tem como objetivo ser uma entidade de natureza propositiva e consultiva, destinada a articular agentes culturais para promover a reflexão crítica, a orientação e o acompanhamento de políticas culturais e da gestão de cultura nas Instituições Públicas de Ensino Superior (IPES) do Brasil. (UFPEL, 2022). O FORCULT se caracteriza como uma instância colegiada para a formulação de políticas culturais nas instituições de ensino superior, principalmente as públicas. Sua atuação visa estimular e apoiar a implementação de políticas culturais nas IPES, (MENCARELLI, 2021, p. 27-54), buscando fortalecer a cultura como um componente essencial da formação acadêmica e da relação das universidades com a sociedade.

Em 2020, o FORCULT publicou o "Instrumento para Implementação de Política Cultural e Planos de Cultura nas IPES", com objetivo de incentivar e guiar as IPES a construírem as suas Políticas de Cultura Também permitiu mensurar quantas instituições estavam com suas Políticas de Cultura e Arte em andamento ou formatadas naquele momento, além de. a Foram identificadas 6 (seis) instituições que já estavam desenvolvendo suas políticas culturais. Essas instituições foram: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Universidade Federal Fronteira Sul, Fundação Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Universidade Federal do Vale do Jequitinhonha e Mucuri, Universidade Federal do Triângulo Mineiro, Universidade Federal do Oeste do Paraná. (Mencarelli e Coelho, 2020)

Essas universidades estão dando passos importantes para a promoção e valorização da cultura dentro de seus ambientes acadêmicos, reconhecendo a importância da cultura como um elemento essencial para a formação integral dos estudantes, o fortalecimento da identidade institucional e o diálogo com a sociedade. O FORCULT desempenha um papel relevante ao fomentar o debate e a articulação entre as IPES para a construção de políticas culturais mais

sólidas e abrangentes, contribuindo para a democratização e a valorização da cultura no contexto universitário e na sociedade em geral.

No próximo capítulo trataremos dos meios metodológicos utilizados na pesquisa.

3 METODOLOGIA

Nesse capítulo, descrevo as estratégias e procedimentos metodológicos utilizados para conduzir o estudo e torná-lo viável. Essa seção é fundamental para compreensão de como a pesquisa foi planejada e conduzida, garantindo a transparência e a validade dos resultados.

Portanto, inicio com a caracterização da pesquisa, apresentando o método de raciocínio da autora, a abordagem e natureza da pesquisa. Após, é apresentada o tipo de classificação de pesquisa, quanto aos meios e fins. Ao final, a delimitação do estudo, evidenciando os instrumentos e as técnicas de coleta e análise dos dados.

3.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

A pesquisa utiliza o método dedutivo, onde o pesquisador parte de leis consideradas gerais e universais para explicar fenômenos particulares. Nesse caso, a pesquisa parte de leis ou princípios gerais para avaliar se há ou não identificação de política de cultura e arte na UFSC, instituídas por meio da SECARTE. Para Santos (2012), o método dedutivo tem suas proposições enfocadas na situação geral para explicar as particularidades e chegar à conclusão da afirmativa. “Os argumentos dedutivos sacrificam a ampliação do conteúdo para atingir a ‘certeza’”. (MARKONI; LAKATOS, 2010, p. 74).

Esta pesquisa pode ser caracterizada como uma pesquisa de natureza aplicada. A pesquisa aplicada tem como principal objetivo resolver problemas concretos e imediatos de uma determinada realidade por meio da aplicação prática dos resultados obtidos. (MARKONI; LAKATOS, 2010). Nesse caso específico, o objetivo geral da pesquisa é propor diretrizes e ações para a Cultura e Arte na UFSC, a partir da avaliação da política de cultura na Gestão 2018/2022.

Para qualquer tipo e forma de pesquisa, existem métodos e técnicas apropriadas que exigem habilidades do investigador para escolher o método e a técnica mais indicada para o seu estudo, de maneira a permitir que alcance com relativa facilidade e tranquilidade os objetivos e metas pretendidos. SANTOS (2012, p. 201).

Ao realizar uma avaliação, a pesquisa busca identificar avanços e lacunas, com o intuito de propor diretrizes para uma política de cultura e arte na SECARTE/UFSC. Ao conduzir uma pesquisa com foco na melhoria de um programa ou política específica, os resultados têm potencial para impactar positivamente a gestão e a eficiência das atividades desenvolvidas pela instituição. De acordo com Roesch (2013, p. 68), a pesquisa aplicada “é

utilizada num projeto de prática profissional”, dessa maneira, esta pesquisa foi classificada como aplicada, uma vez que busca soluções para o ambiente institucional.

A pesquisa é caracterizada como qualitativa. Segundo Roesch (2009, p. 154), “é apropriada para a avaliação formativa, quando se trata de melhorar a efetividade de um programa, ou plano [...]”. Na pesquisa qualitativa, a interpretação dos dados é essencial para compreender o significado das respostas encontradas (TRIVIÑOS, 1987).

3.2 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA

Segundo Santos (2012), a pesquisa pode ser classificada de duas maneiras: com base nos procedimentos técnicos utilizados pelo pesquisador, e a segunda se baseia nos objetivos pretendidos. Vergara (2009) propõe a classificação dos tipos de pesquisa mediante dois critérios básicos: quanto aos meios e quanto aos fins.

Quanto aos fins, o que Santos (2012) define como objetivos pretendidos, esta pesquisa é classificada como descritiva. Santos (2012, p. 197), afirma que “na pesquisa descritiva é feita a descrição das características de uma determinada população, estudo descritivo de determinado fenômeno com suas variáveis”, e Vergara (2009) corrobora, é aquela que expõe características de determinada população ou de determinado fenômeno, sem o compromisso de explicá-los, embora sirva de base para tanto. Nesse sentido, esta pesquisa é descritiva, já que, para atingir os seus objetivos, foram levantadas informações dos envolvidos, da população estudada a fim de possuir informações suficientes para atingir os objetivos específicos desta pesquisa.

Quanto aos meios, esta pesquisa é classificada como bibliográfica e documental. Para Santos (2012, p. 197), “a pesquisa bibliográfica é feita com base em documentos já elaborados [...]”. Com a crescente disseminação de novo formatos de meios de comunicação, a pesquisa bibliográfica compreende também, fontes como: CDs, DVDs, além de materiais publicados pela *Internet*. (GIL, 2010). Para esta pesquisa, portanto, fez uso de materiais já elaborados como livros, dissertações, monografias, artigos científicos e a legislação correlata para subsidiar a fundamentação teórica que apoiam o desenvolvimento do trabalho proposto.

Para auxiliar na fundamentação teórica desta pesquisa, fez-se uso de documentos internos à UFSC, como PDIs, documentos de outras instituições, como da UFPEL e ForCult; e de vários instrumentos legais como Leis Federais e Decretos, relacionadas ao objeto investigado. “A pesquisa documental, é trabalhada com base em documentos que não receberam tratamento de análise e síntese”. Santos (2012, p. 198).

Portanto, para compreender o histórico e descrever o processo da Política de Cultura e Arte da SECARTE, tornou-se fundamental recorrer aos dados institucionais disponíveis em meio eletrônico, de acesso público, mediante uma análise profunda destes dados, considerando também o seu histórico, o processo de gestão e a percepção dos atores envolvidos.

3.3 UNIDADE DE ANÁLISE

Apresenta-se a seguir a caracterização da UFSC e da Secretaria de Cultura, Arte e Esportes.

A Universidade Federal de Santa Catarina, foi criada em 18 de Dezembro de 1960, por meio da Lei nº 3.849/1960, (BRASIL, 1960), sancionada pelo então Presidente da República Juscelino Kubitschek e, assim como outras universidades financiadas pela União, foi federalizada por meio da Lei nº 4.759/1965 (BRASIL,1965), passando a denominar-se Universidade Federal de Santa Catarina. A Instituição faz parte da Administração Pública Indireta, sendo considerada uma autarquia de regime especial vinculada ao Sistema Federal de Ensino Superior do Ministério da Educação (MEC) (UFSC, 2023a).

A UFSC tem por missão:

Produzir, sistematizar e socializar o saber filosófico, científico, artístico e tecnológico, ampliando e aprofundando a formação do ser humano para o exercício profissional, a reflexão crítica, a solidariedade nacional e internacional, na perspectiva da construção de uma sociedade justa e democrática e na defesa da qualidade da vida. (UFSC, 2023b).

A visão da UFSC é “ser uma universidade de excelência e inclusiva” (UFSC, 2023c). A UFSC busca ser centro de excelência acadêmica, tanto em nível regional, nacional como internacional, construindo uma sociedade democrática e justa defendendo a qualidade de vida embasada nos seguintes valores (UFSC, 2023d):

- a) Acadêmica e de qualidade;
- b) Inovadora;
- c) Atuante;
- d) Inclusiva;
- e) Internacionalizada;
- f) Livre;
- g) Autônoma;
- h) Democrática e plural;

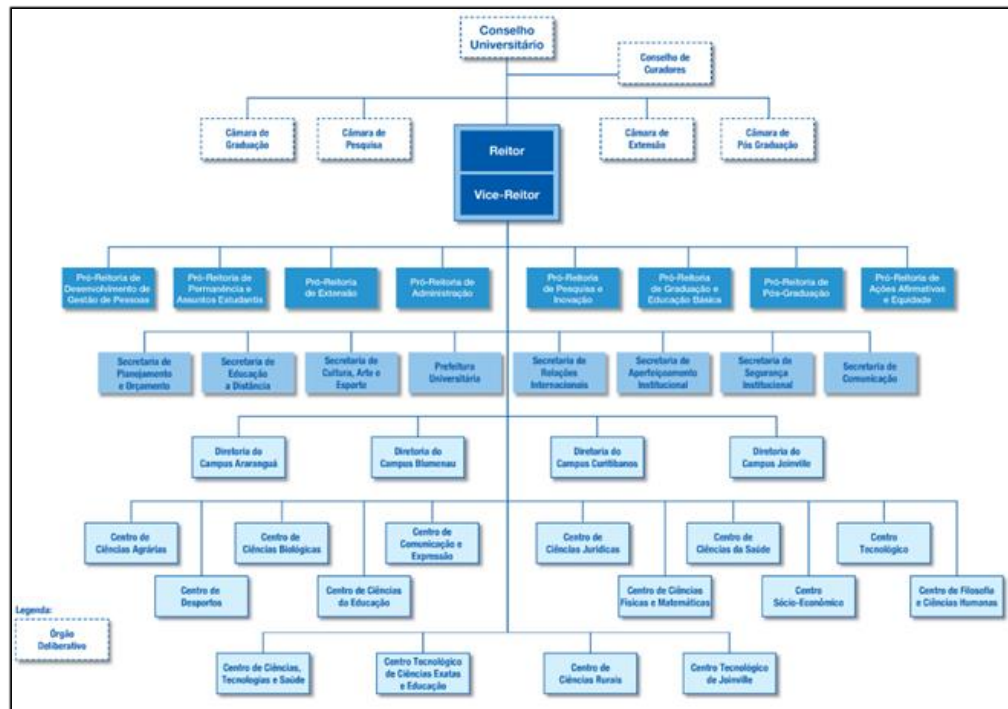
- i) Bem administrada e planejada;
- j) Transparente; e
- k) Ética.

Em relação à sua organização, (UFSC, 2023e) a estrutura acadêmica da UFSC possui 5 Campi: Campus de Araranguá, Campus de Blumenau, Campus de Curitibanos e Campus de Joinville; num total de 15 Centros de Ensino. No ensino básico, o Colégio de Aplicação (CA) que oferece os ensinos fundamental e médio à comunidade e o Núcleo de Desenvolvimento Infantil (NDI), criados, respectivamente, em 1961 e 1980, totalizam 1.235 alunos matriculados em 2022. (UFSC, 2022-2a).

As áreas essenciais da gestão superior da Universidade se encontram nos órgãos executivos centrais, compostos por Pró-Reitorias e secretarias, além do Gabinete do Reitor. As Pró-Reitorias, formadas por 8, atendem questões de ações Afirmativas e Equidade, Administração, Desenvolvimento e Gestão de Pessoas, Extensão, Graduação, Pós-Graduação e Educação Básica, Permanência e Assuntos Estudantis, a Pesquisa e Inovação. As secretarias implementam ações nas áreas de: Administração dos Campi, de Aperfeiçoamento Institucional, de Comunicação, Cultura, Artes e Esportes, Educação a Distância, Planejamento e Orçamento, de Relações Internacionais e de Segurança Institucional. Vinculados diretamente ao Gabinete da Reitoria encontram-se ainda diversos e fundamentais órgãos suplementares, como a Biblioteca Universitária, o Biotério Central, a Editora Universitária, o Hospital Universitário Professor Polydoro Ernani de São Thiago, o Museu de Arqueologia e Etnologia Professor Oswaldo Rodrigues Cabral e o Restaurante Universitário (UFSC, 2022-1a).

Na Figura 2, a seguir, a estrutura organizacional da UFSC.

Figura 2 – Estrutura Organizacional da Universidade Federal de Santa Catarina



Fonte: UFSC (2023f)

Atualmente, a UFSC possui mais de 37 mil estudantes matriculados desde a educação básica, até os cursos de pós-graduação. (UFSC, 2022-2b).

A Instituição desenvolve atividades de ensino, pesquisa e extensão em seus cinco campi e o reconhecimento que recebe da sociedade a coloca entre as 10 melhores universidades do País, e dentre nos 3,5% das melhores do mundo. (CWUR, 2022). Dessa maneira, afirma-se, cada vez mais, como uma Instituição social de ensino superior, completamente comprometida com a construção de uma sociedade justa e democrática.

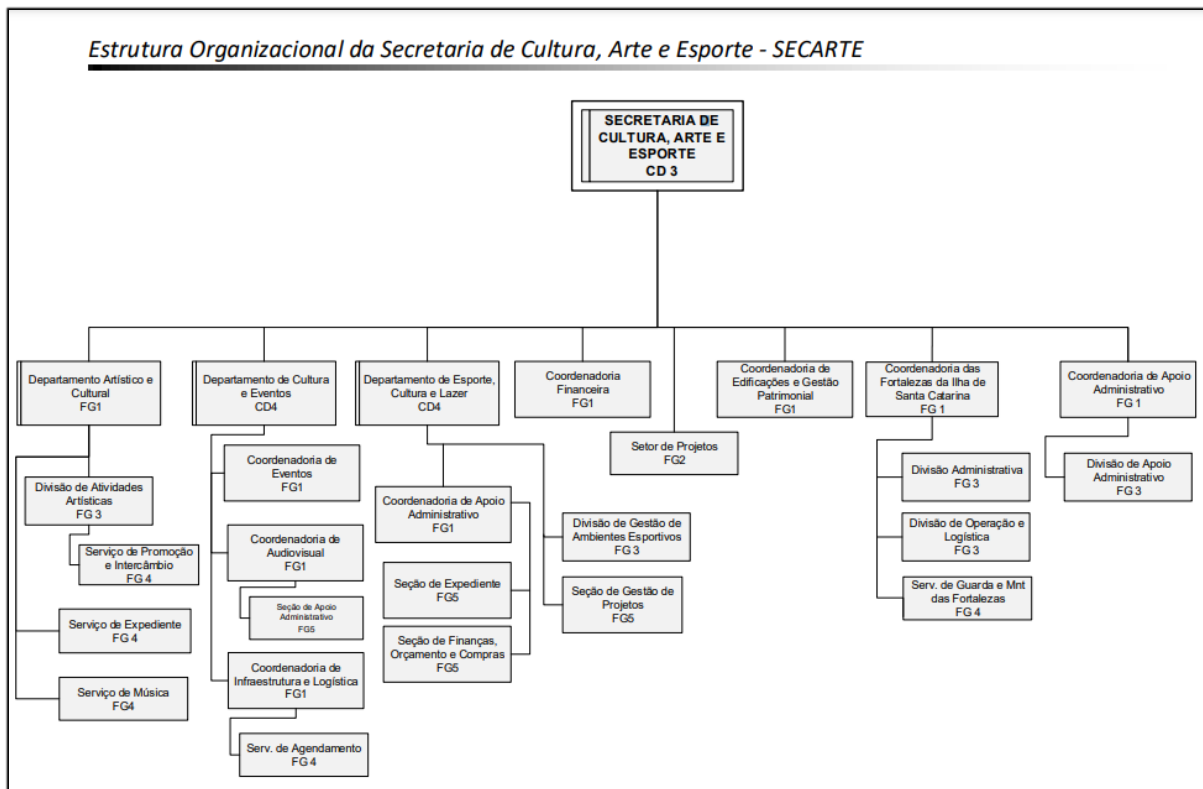
“Responsável pelo fomento e desenvolvimento da Cultura, Arte e Esporte na Universidade Federal de Santa Catarina.” (SECARTE, 2022), a Secretaria de Cultura, Arte e Esporte da UFSC (SeCartE), é o órgão da administração central Foi instituída em 2008, a partir do desmembramento da antiga Pró-Reitoria de Cultura e Extensão, demonstrando mais ainda seu potencial e necessidade de destaque na comunidade não só acadêmica, mas social, desenvolvendo atividades sob a “missão de formular, implantar e gerir, por meio do diálogo com a comunidade acadêmica, ações de cultura e arte que potencialize a vivência e a produção de cultura nos campi” (SECARTE, 2023b). Orientada por tal missão, as ações da Secretaria de Cultura, Arte e Esporte estão voltadas para a consecução dos seguintes objetivos, segundo apresentação em sua página *on-line* (SECARTE, 2023c):

- a) Transformar a UFSC em um centro relevante de produção e experimentação artística;
- b) Estimular o ensino, a produção e a pesquisa em arte em todos os campi da UFSC;
- c) Transformar a UFSC num centro irradiador de arte e cultura, promovendo a integração entre a Universidade e a Sociedade;
- d) Promover e preservar o patrimônio cultural material e imaterial da Universidade;
- e) Revitalizar os espaços culturais da UFSC;
- f) Garantir a diversidade cultural.

Possui, em sua administração, o seguinte organograma:

- a) Departamento Artístico Cultural (DAC);
- b) Núcleo de Estudos Açorianos (NEA);
- c) Coordenadoria das Fortalezas da Ilha de Santa Catarina (CFISC);
- d) Departamento de Cultura e Eventos (DCEVEN);
- e) Departamento de Esporte, Cultura e Lazer (DECL);
- f) Coordenadoria de Edificações e Gestão Patrimonial (CEGP);
- g) Coordenadoria financeira;
- h) Coordenadoria de Apoio Administrativo.

Figura 3 – Organograma da Secretaria de Cultura, Arte e Esporte – SeCArTE



Fonte: SECARTE, 2023d

A Universidade é considerada aqui, neste estudo, não como uma organização e sim como uma instituição, indo ao encontro com o disposto por Chauí (2003). A universidade concebida como uma instituição social (CHAUÍ, 2003), tem a cultura como uma prática social humana, uma construção histórica (BAUMAN, 2012), que se constitucionaliza em uma realidade concreta. Neste sentido, e buscando uma melhor compreensão do processo de gestão da Política Institucional de Cultura, faz-se necessário conhecer as diretrizes da Política Pública de Cultura, que pode refletir direta ou indiretamente neste processo.

3.4 DELIMITAÇÃO DO UNIVERSO DA PESQUISA

Roesch (2010, p. 138) define população ou universo de pesquisa como um “[...] grupo de pessoas ou empresas que interessa entrevistar para o propósito específico de um estudo”.

Para a realização da pesquisa, optou-se como unidade de análise a Secretaria de Cultura, Arte e Esporte (SECARTE), da Universidade Federal de Santa Catarina.

A Unidade de análise, a SECARTE, é um dos órgãos da administração central da Universidade Federal de Santa Catarina instituída em 2008. É responsável pelo fomento e desenvolvimento da cultura, da arte e do esporte na Instituição. O propósito da Unidade é a de formular, implantar e gerir ações de cultura, arte e esporte que potencialize a vivência e a produção de cultura nos campi, por meio de ações que incentivam e apoiam ações e projetos relacionados às artes e esporte, a preservação do patrimônio cultural material e imaterial da Universidade, da garantia da diversidade cultural e da promoção junto à sociedade de ações artístico culturais nos campi. O universo de análise da presente pesquisa são os servidores lotados na Secretaria de Cultura, Arte e Esportes da Universidade Federal de Santa Catarina, com um total de 42 (quarenta e dois) servidores, entre docentes e técnicos-administrativos em educação. (SECARTE, 2023). Neste momento, exclui-se a pesquisadora deste trabalho, que é lotada também nesta secretaria.

3.5 TÉCNICAS E INSTRUMENTOS DE COLETA E ANÁLISE DE DADOS

Esta seção se destina a apresentar, metodologicamente, as formas de coleta dos dados utilizados no desenvolvimento da pesquisa.

De acordo com Marconi e Lakatos (2009), é essencial utilizar instrumentos adequados para coletar dados. Isso inclui o emprego de meios mecânicos para aumentar a precisão na observação humana, registro e verificação de dados.

3.5.1 Coleta de dados primários – Questionário estruturado

Também como instrumentos coleta de dados para esta pesquisa foram utilizados dados primários por meio de aplicação de um questionário *on-line* (Apêndice A), enviado aos 42 (quarenta e dois) servidores ativos na unidade pesquisada. A escolha no meio de envio do questionário por correio eletrônico, *e-mail*, foi dada pela alta velocidade na obtenção de respostas, baixo custo, (Malhotra, 2001), e “pode ser enviado quantas vezes for necessário”. Aaker (2001, p.187). Na visão de Triviños (1987), ao empregar entrevistas e questionários em sua pesquisa, você está efetivamente aplicando a teoria para “iluminar” essas ferramentas, tornando-as mais do que simples instrumentos mecânicos de coleta de dados, mas sim veículos pelos quais a teoria é incorporada ao processo de pesquisa. Esses métodos de coleta de dados podem ser vistos como ferramentas sem viés, mas o significado e a interpretação que eles carregam surgem quando são utilizados à luz de uma teoria específica. Marconi e Lakatos (2010, p. 198), afirmam que o “questionário é um instrumento de coleta de dados, constituído por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito e sem presença do pesquisador. [...] Em média, os questionários expedidos pelo pesquisador alcançam 25% de devolução.”.

Antes de remeter o questionário foi aplicado um pré-teste do mesmo, para avaliar o instrumento de pesquisa junto a 4 (quatro) servidores, visando constatar se atendia ao objetivo proposto e também se possuía linguagem adequada, alinhado às informações que se esperava obter dos respondentes. Para Santos (2012), realizar o pré-teste é a etapa que desempenha um papel vital na validação e refinamento da coleta de dados. Este processo permite que você antecipe e aborde possíveis problemas, garantindo a qualidade e a confiabilidade dos dados coletados, e contribuindo para a validade da pesquisa como um todo. Esse instrumento foi testado nos sujeitos com as mesmas características da população-alvo da pesquisa, e após a realização do pré-teste, foi possível observar a necessidade de alteração do enunciado de duas questões para facilitar a compreensão aos pesquisados, além de alteração na forma de resposta de escala múltipla escolha para a de escala Likert¹. Portanto, a experiência com o pré-teste mostrou-se positiva, visto que permitiu aperfeiçoar o instrumento de coleta de dados antes que ele fosse enviado aos 42 servidores envolvidos no universo da pesquisa.

¹ A escala Likert tem sido largamente utilizada na área de Ciências Humanas, como também em Ciências Sociais Aplicadas, tanto em nível nacional quanto internacional. A escala Likert foi batizada em homenagem a seu criador Rensis Likert (1903-1981) que também é conhecida como escalas de atitudes ou escalas de diferencial semântico. São utilizadas em perguntas que medem a intensidade da opinião e da reação do informante.

O questionário *on-line* foi enviado por *e-mail* para os quarenta e dois (42) servidores lotados na SECARTE. Foi aplicado no dia 03 do mês de julho de 2023, e mantido aberto para respostas por dez (10) dias. Foi elaborado também, um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice A) o qual é uma proteção legal e moral tanto para o questionado quanto para a pesquisadora. Neste termo apresentam-se informações da pesquisadora, do orientador, objetivo da pesquisa, entre outras informações necessárias para deixar ciente o pesquisado sobre o questionário aplicado. O instrumento de pesquisa, ou seja, o questionário foi elaborado a partir das categorias de análise, de acordo com a fundamentação teórica estudada. O quadro 6 mostra o desdobramento dos objetivos específicos nas categorias de análise, e os instrumentos de pesquisa utilizados nas referidas questões aplicadas na presente pesquisa:

Quadro 4 – Estrutura base para elaboração do questionário

Objetivos específicos	Categorias de Análise	Fatores de análise	Indicadores	Instrumentos de Coleta de dados
a) Avaliar a Política de Cultura e Arte da UFSC (Gestão 2018-2022), a partir da percepção dos servidores envolvidos.	- Política de Cultura da UFSC (Gestão 2018-2022).	- Diretrizes - Ações	- Diretrizes e ações prioritizadas; - Cumprimento das diretrizes e ações; - Motivos do não cumprimento das ações e diretrizes;	- Fundamentação teórica; - Site da SECARTE - Questionário estruturado
b) Identificar avanços e lacunas relativos à Política de Cultura e Arte na UFSC a partir da avaliação realizada.	- Avanços - Lacunas	- Diretrizes - Ações	- Análises dos indicadores do objetivo específico “a”	- Análise interpretativa e qualitativa.

Fonte: Elaborado pela autora

3.5.2 Coleta de dados secundários – Pesquisa bibliográfica, documental

Para a coleta de dados desta pesquisa foi realizada pesquisa bibliográfica e pesquisa documental, que se consideram fontes secundárias, assim, os dados secundários foram obtidos por meio de bibliografias, documentos, como artigos científicos, livros, monografias, dissertações e leis e decretos, relatórios gerados nas secretarias, regulamentos, portarias, leis e outros documentos disponíveis para pesquisa na internet, nos sites da UFSC da SECARTE, e do governo, conforme citado anteriormente. Para Gil (2010), a vantagem principal da pesquisa bibliográfica é que permite abrangência de fatos maior do que o pesquisador poderia

realizar diretamente. E a pesquisa documental é a consulta a uma fonte restrita a documentos que pode ser realizada no momento do fato, ou após seu acontecimento. Marconi e Lakatos (2010).

A pesquisa documental e de fontes bibliográficas que empreendeu a coleta de dados secundários, estão apresentadas nos quadros 4 e 5 abaixo:

Quadro 5 – Temas e autores – pesquisa bibliográfica

Temas	Autores
Políticas públicas Ciclos Avaliação	Cavalcanti (2006)
	Rua (2010)
	Rua (2012)
	Secchi (2010)
	Secchi (2013)
	Secchi (2016)
	Souza (2006)
Políticas Públicas de Cultura e Arte no Brasil O debate sobre no Brasil O debate sobre nas universidades	Andrade (1977)
	Barbalho (2013)
	Burigo e Ramos (2014)
	Calabre (2007)
	Canclici (2001)
	Carvalho (2001)
	Castanho (1987)
	Cerqueira (2021)
	Chauí (2008)
	Fávero (2006)
	Mello (2021)
	Mencarelli (2012)
	Mencarelli e Coelho (2020)
	Rubim (2010)
	Rubim (2019)
	Siva e Dutra (2012)
Teixeira (2012)	

Fonte: Elaborado pela autora

Quadro 6 – Documentos e temas – pesquisa documental

(Continua)

Documentos	Tema
Decreto nº 19.402, de 14 de Novembro de 1930.	Criação da Secretaria de Estado com a denominação de Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública.
Lei 378, de 13 de Janeiro de 1937.	Dá nova organização ao Ministério da Educação e Saúde Pública e criação do SPHAN.

Quadro 6 – Documentos e temas – pesquisa documental

(Conclusão)

Documentos	Temas
Decreto-Lei Nº 526, De 1º De Julho De 1938.	Instituição do Conselho Nacional de Cultura
Decreto nº 37.608, de 14 de Julho de 1955.	Instituição do Ministério da Educação e Cultura e criação do ISEB.
Decreto nº 66.967, de 27 de Julho de 1970.	Organização administrativa do Ministério da Educação e Cultura – Transformação do SPHAN em IPHAN.
Decreto nº 91.144, de 15 de março de 1985.	Criação do MinC.
Lei nº 7.505, de 02 de Julho de 1986.	Benefícios fiscais - Lei Sarney
Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991.	Instituição do Pronac - Lei Rouanet.
Decreto nº 6.495, de 30 de junho de 2008.	Institui o Programa de Extensão Universitária – PROEXT
Lei nº 12.343, de 2 de dezembro de 2010.	Instituição do PNC.
DOU Nº 160, sexta-feira, 21 de agosto de 2015.	Instituição do Programa Mais Cultura nas Universidades
Nº 14.017, de 29 de Junho de 2020.	Lei Aldir Blanc de fomento à Cultura
Lei Complementar 195, de 08 de julho de 2022.	Apoio financeiro para garantir ações emergenciais direcionadas ao setor cultura – Lei Paulo Gustavo.

Fonte: Elaborado pela autora

O conhecimento da legislação foi necessário para embasar a legalidade da proposta desta pesquisa, haja vista que o ambiente de estudo é uma organização pública.

3.6 LIMITAÇÕES DA PESQUISA

Esta pesquisa está limitada à unidade de análise pesquisada, no caso aos servidores lotados na SECARTE sendo que os resultados decorrentes de sua execução não são aplicáveis a outras realidades, embora possa servir como base para demais estudos. Apresenta-se também como limitação o caráter temporal, a coleta de dados foi realizada em um período específico, de 03 a 13 de julho de 2023, isso pode influenciar a generalização dos resultados para outros momentos no tempo, já que as condições e circunstâncias podem variar. Outro fator limitante refere-se ao sentido físico, o presente estudo se restringiu aos servidores

lotados na SECARTE em julho de 2023, isso significa que as percepções e opiniões dos servidores que ocuparam essa posição em outros momentos podem não estar refletidas nos resultados. Por fim, a não totalidade de respostas da população da pesquisa. Pois, nem toda a população da pesquisa disponibilizou-se a responder o questionário *on-line*.

Para propor melhorias gestão das Políticas Públicas de Cultura e Arte na UFSC, foi realizada uma avaliação formativa, que, conforme já exposto na subseção 2.1.2 - Avaliação de políticas públicas, objetiva obter informações para o aperfeiçoamento de um programa (RUA, 2010). Sendo assim, considerando que a avaliação formal não dispõe de um método específico, podendo adotar ou combinar vários métodos de pesquisa (RUA, 2012), cabe esclarecer que não se pretende esgotar esta temática e que outras tipologias de avaliação podem ser adotadas para a avaliação desta Política Pública.

É importante reconhecer essas limitações, pois contribui para uma interpretação adequada dos resultados da pesquisa. Além disso, ao identificar essas limitações, é possível fornecer um contexto para percepção da validade e a generalização dos achados e também orientando possíveis direções para pesquisas futuras.

No capítulo seguinte, desenvolve-se a apresentação e a análise dos dados coletados acerca da realidade em foco, com vistas ao alcance dos objetivos específicos.

4 APRESENTAÇÃO DO RESULTADO DA PESQUISA E ANÁLISE DOS DADOS

Neste capítulo, faz-se a apresentação e análise dos resultados obtidos na pesquisa, os quais foram contextualizados e fundamentados de acordo com a teoria desenvolvida na pesquisa, conforme Capítulo 2 – Fundamentação Teórica. Os resultados foram obtidos a partir dos questionários (Apêndice A), aos 42 servidores da SECARTE.

Assim, inicia-se apresentando os dados relativos à caracterização do universo da pesquisa, e logo após apresentam-se os dados acerca da percepção dos envolvidos com relação ao tema “Política Pública de Cultura e Arte”.

Na sequência, são analisados os dados que respondem à pergunta de pesquisa, **que novas diretrizes e ações para a Cultura e Arte na UFSC podem ser propostas a partir da Avaliação da Política Cultural (Gestão 2018/2022)**, à luz do referencial teórico discutido no segundo capítulo desta dissertação, com vistas a alcançar os objetivos específicos da pesquisa. Ao final, são apresentadas as proposições de diretrizes e ações que poderão contribuir com a implantação de uma Política Pública de Cultura, Arte e Esporte para a SECARTE.

4.5 APRESENTAÇÃO DO RESULTADO

Com intuito de atender os objetivos específicos, foi criado o questionário (Apêndice A), por meio do aplicativo *Google Forms*², e aplicado com os servidores do público alvo. O questionário foi enviado via *e-mail* para todos os 42 servidores por 3 vezes, no dia 03/07, numa segunda vez no dia 06/07 e por último, dia 11/07, afim de conseguir atingir ao maior percentual dos servidores envolvidos.

4.5.1 Caracterização do universo da pesquisa

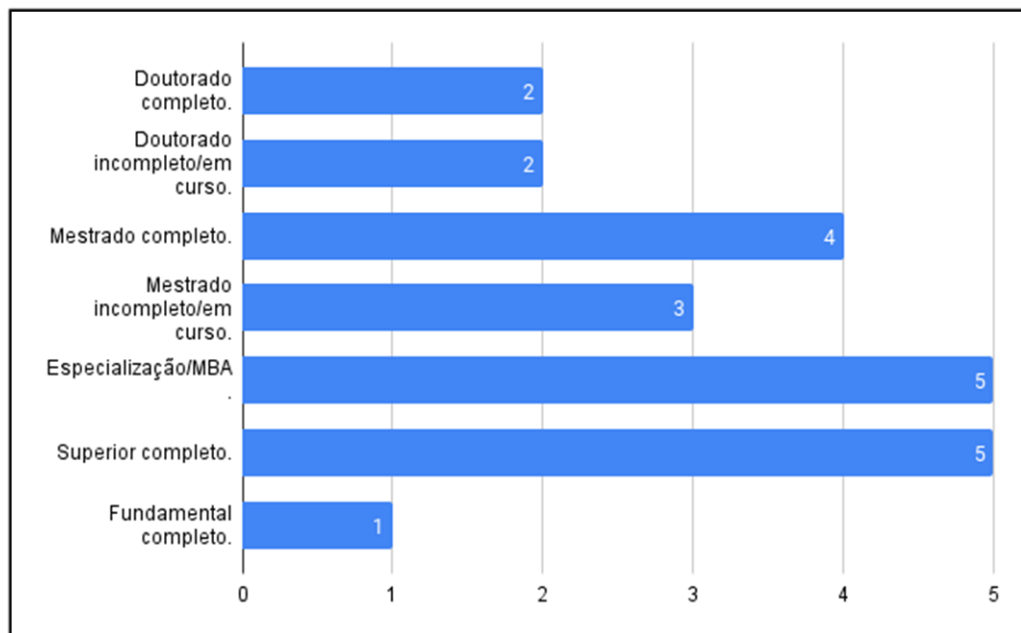
Dos 42 servidores, 22 responderam representando 52,38% do universo da pesquisa, Essa amostra é uma parte representativa do universo de servidores da SECARTE, o que permite analisar a percepção e opiniões desses servidores em relação ao tema da pesquisa. Lembrando que a pesquisadora faz parte do quadro funcional desta unidade pesquisada, e anula-se das respostas, como mencionado anteriormente.

² Google Forms é um aplicativo de gerenciamento de pesquisas lançado pelo Google. Os usuários podem usar o Google Forms para pesquisar e coletar informações sobre outras pessoas e também podem ser usados para questionários e formulários de registro.

Com o início do questionário, procura-se traçar um perfil do público alvo da pesquisa, que envolve a identificação das pessoas ou elementos que serão incluídos na pesquisa, bem como a enumeração de suas características comuns. (Marconi e Lakatos, 2015). As questões de 1 a 8 foram elaboradas para coletar informações do perfil dos participantes da pesquisa, como seu grau de escolaridade, gênero, faixa etária, função, data de ingresso na função, setor de lotação na SECARTE, tipo de vínculo na instituição e tempo de vínculo. Isso ajuda a criar uma base sólida para a coleta e análise de dados, e contribui para a clareza e a validade da pesquisa, permitindo compreender com precisão quem está sendo estudado e sob quais condições.

Das 22 pessoas que responderam, todas sinalizaram quanto a sua escolaridade, e revelou-se da seguinte forma: 1 servidor possui formação até o fundamental completo, 5 servidores possuem superior completo, 5 especialização, 3 possuem mestrado em andamento/incompleto, 4 possuem mestrado completo, e 2 doutorado em andamento, além de 2 terem doutorado completo.

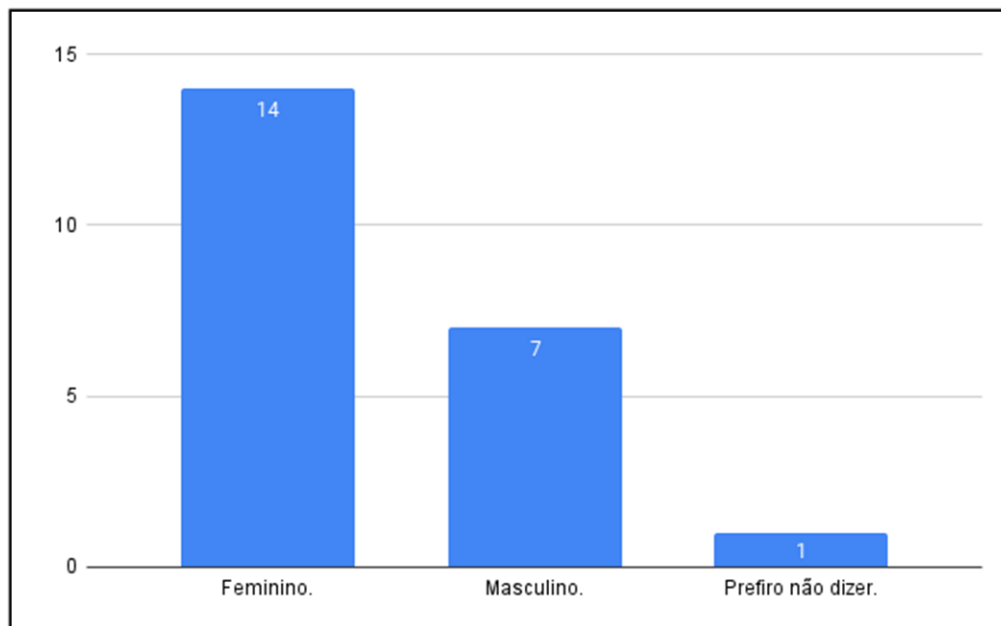
Gráfico 1 - Grau de escolaridade



Fonte: Dados primários (Base 22 respostas)

No que se refere ao gênero dos respondentes, podemos observar que: uma pessoa prefere não responder, sete se identificam com o sexo masculino, e quatorze respondentes se identificam com o sexo feminino.

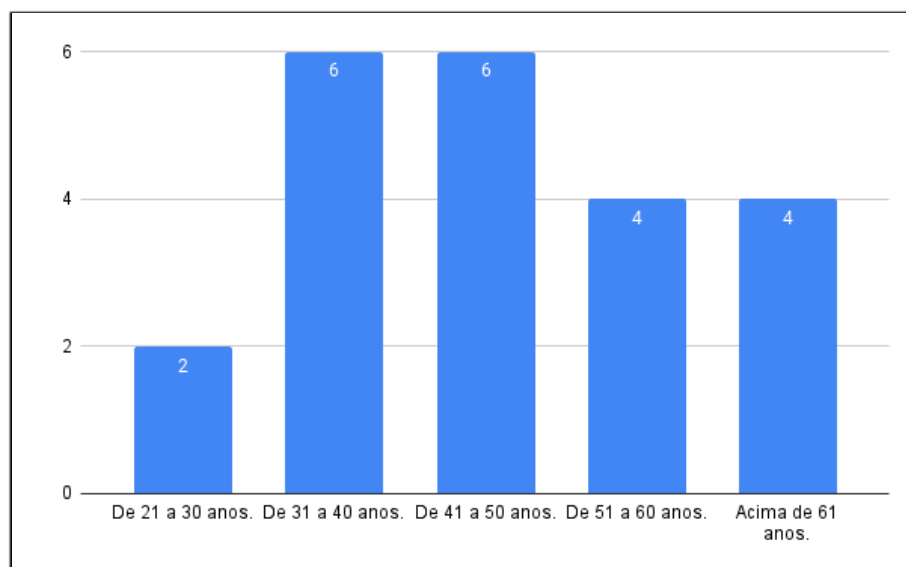
Gráfico 2 – Gênero dos respondentes



Fonte: Dados primários (Base 22 respostas)

Quanto à faixa etária do público pesquisado, por meio do gráfico a seguir, podemos observar que a faixa etária dos servidores da SECARTE compreende de 21 a acima de 61 anos, conforme: de 21 a 30, dois servidores, de 31 a 40 anos, seis, de 41 a 50 anos, 7 servidores, de 51 a 60, e acima de 61, 4 em cada faixa.

Gráfico 3 – Faixa etária

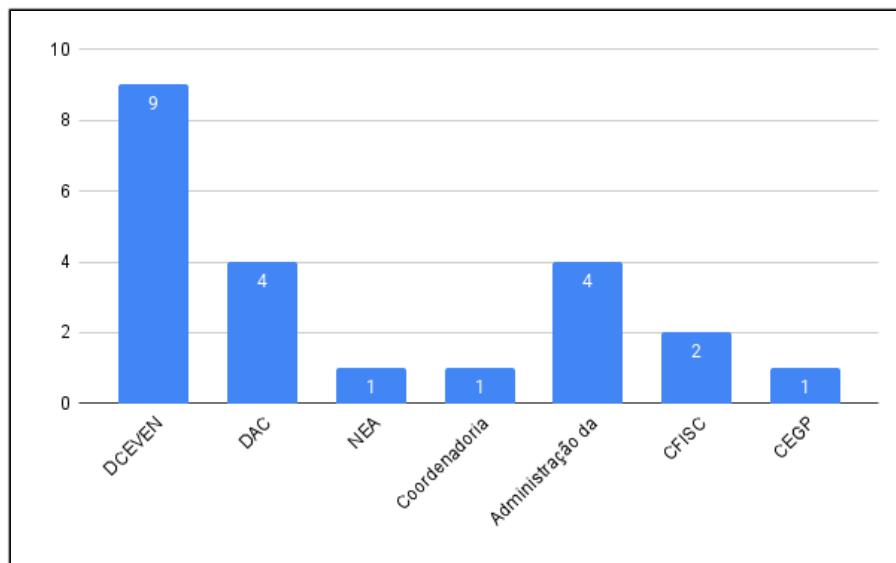


Fonte: Dados primários (Base 22 respostas)

Na questão 5, perguntou-se sobre a data de ingresso na função, e pode-se observar que, três respondentes ingressaram na UFSC na década de 80, um na década de 90, e dezoito respondentes ingressaram na instituição de 2000 em diante.

Para o que foi questionado com relação ao setor de lotação dentro da SECARTE, vemos no gráfico abaixo que a maioria dos respondedores, nove estão lotados no DCEVEN, presume-se que por ser o setor com maior número de servidores lotados (SECARTE, 2023g).

Gráfico 4 – Lotação dentro da SECARTE



Fonte: Dados primários (Base 22 respostas)

Foi questionado também o tipo de vínculo, onde 21 dos respondedores informaram que são Técnicos-administrativos em educação (TAEs), e apenas 1 servidor é docente.

Na oitava questão e última com relação ao perfil da população da pesquisa, perguntou-se há quanto tempo os respondentes possuem vínculo com a instituição, e pode-se observar com as respostas que a maioria dos respondedores são servidores na UFSC há mais de 15 anos, totalizando nove dos respondedores, de 10 há 14 anos um total de seis, de 5 há 09 anos quatro e num total de três, de 4 anos há menos.

4.5.2 Percepção do público alvo

Nas questões de 9 a 15 do questionário, houve uma abordagem detalhada para explorar o entendimento dos servidores sobre o tema "Política Pública de Cultura". Essa exploração foi conduzida a fim de obter uma compreensão abrangente das perspectivas dos servidores sobre o assunto, o que pode contribuir para uma análise mais completa e informada do tema. As

perguntas abordaram as percepções e conceitos dos servidores relacionados à política pública de cultura, todas dentro do contexto no período de 2018 a 2022. Isso também ajudará a fornecer informações úteis para a avaliação da política de cultura da UFSC durante o período especificado, que é um dos objetivos específicos da pesquisa: “a)” desta pesquisa: Avaliar a Política de Cultura da UFSC (Gestão 2018/2022), a partir da percepção dos servidores envolvidos.

Na questão 9, a abordagem começa com um questionamento que visa medir a percepção do respondente sobre o conceito de "Política de Cultura". Além disso, é apresentada a definição de Antonio A. C. Rubim, um autor brasileiro especializado no assunto. Os respondentes são convidados a basear suas respostas nessa definição para auxiliar na formulação de suas opiniões. Isso pode ajudar a garantir que todos os participantes tenham uma compreensão comum do termo enquanto expressam suas percepções. No entanto, é evidenciado que o dois reconhecem desde 2018, outros dois reconhecem desde 2020, e também outros dois reconhecem desde 2021, apenas uma pessoa reconhece somente em 2022, seis não reconhecem, e cinco não sabem dizer. A tabela 2 facilita a visualizações destas respostas.

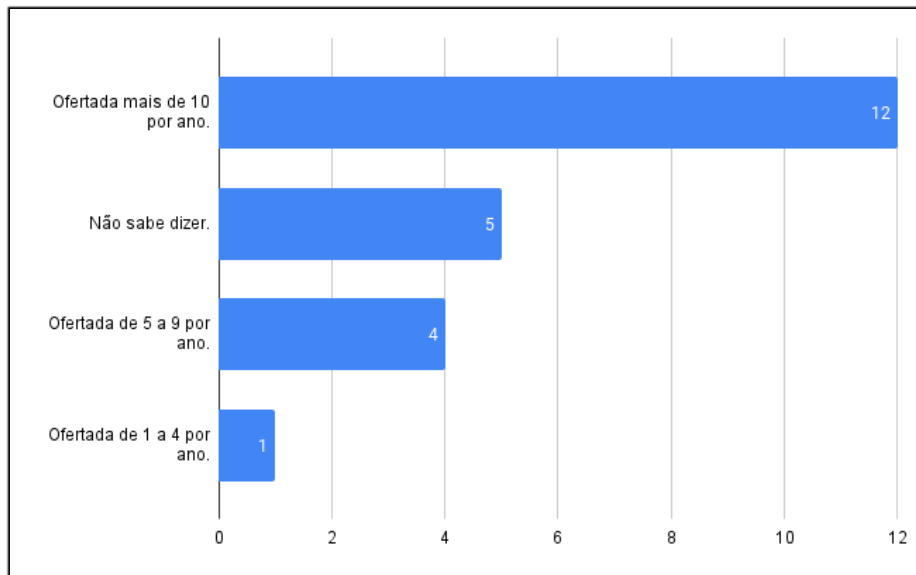
Tabela 1 - Pessoas que reconhecem política de cultura de acordo com o ano

Ano	Número de pessoas
Desde 2018 (2semestre)	2
Sim, desde 2019.	0
Sim, desde 2020.	2
Sim, desde 2021.	2
Sim, somente em 2022 (1sem)	1
Todos os anos da gestão (2018/2022)	4
Não, não reconheço.	6
Não sabe dizer.	5

Fonte: Dados primários (Base 22 respostas)

Na questão 10, os participantes foram convidados a indicar a frequência com que tinham conhecimento de atividades artísticas oferecidas pela UFSC ao longo do período de 2018 a 2022. A análise dessas respostas pode oferecer percepções importantes sobre o grau de conhecimento do público alvo sobre as atividades artísticas e culturais realizadas na UFSC durante o período em questão, o que contribui para a avaliação da política de cultura da instituição. No gráfico 5, mostra que 12 pessoas percebem que foram “ofertadas mais de 10 atividades por ano”, 4 pessoas, percebem que foram de 5 a 9, e uma pessoa de 1 a 4 atividades por ano. Porém, cinco pessoas não souberam dizer. Ninguém respondeu que não foi ofertada.

Gráfico 5 – Frequência que foram ofertadas atividades de 2018 a 2022.



Fonte: Dados primários (Base 22 respostas)

Na gestão 20118/2022, foram desenvolvidas por servidores lotados na SECARTE, diretrizes para orientar as ações de Cultura e Arte na UFSC (Apêndice B), donde a autora compilou as diretrizes e ações por temas, criando critérios de avaliação. A **questão 11** foi projetada para avaliar a percepção dos respondentes em relação à realização das ações naquela gestão. O uso da escala *Likert* permite que seja obtida uma medida quantitativa dessa percepção, permitindo que os participantes expressem o quão eles concordam ou discordam das afirmações relacionadas às ações realizadas. Com base no que diz Rubin (2019), “a universidade, no âmbito da cultura, pode atuar na: criação, transmissão, difusão, distribuição, veiculação, preservação, consumo, pesquisa, crítica, curadoria, organização e legitimação”, os critérios foram apresentados conforme:

a) Melhorias ao meio acadêmico. (Ex.: estimular produção em todos os campi, melhorar infraestrutura e equipe nos cursos).

b) Ações e procedimentos para ampliação das atividades artísticas culturais nos demais campi da UFSC, outras instituições e demais instâncias da sociedade e Estado. (Ex.: Criar sala de cinema, restaurações no DAC, criar espaço permanente em substituição à Concha Acústica).

c) Ações institucionais (Ex.: gerar integração dos campi com grupos locais, apoiar projetos consolidados, tornando-os projetos permanentes, alinhar políticas da UFSC com demais instâncias do Estado).

d) *Marketing* (Ex.: difundir a arte produzida por meio da TV/UFSC e demais mídias, potencializar TV UFSC como produtora de conteúdo, compartilhar com a comunidade a arte produzida na UFSC).

e) Fomento financeiro (Ex.: buscar mecanismos de captação de verbas, novos editais, aporte nos fundos culturais).

Com relação a “Melhorias ao meio acadêmico”, temos os seguintes resultados: uma pessoa concorda totalmente, concordando parcialmente cinco pessoas, nem concorda/nem discorda cinco, que discordam parcialmente quatro, que discorda totalmente apenas uma pessoa, e que não sabe dizer seis pessoas.

Quando olhamos pro resultado do critério “Ações e procedimentos para ampliação das atividades”, vemos: concorda totalmente um respondente, que concordam totalmente oito, que nem concorda/nem discorda quatro, que discordam parcialmente seis, que discorda totalmente ninguém respondeu, e que não sabe dizer três respondentes.

No que tange às “Ações institucionais”, observamos que: uma pessoa respondeu que concorda totalmente, cinco respondentes concordam parcialmente, quatro nem concordam/nem discordam, já oito pessoas discordam parcialmente, ninguém discorda totalmente, e quatro não sabem dizer.

No quarto critério, “Marketing”, um respondente concorda que houve ações sobre, cinco concordam parcialmente, cinco nem concordam/nem discordam, seis pessoas, discordam parcialmente, uma pessoa discorda totalmente e quatro não souberam dizer.

Com relação ao “Fomento financeiro”, três dos 22 respondentes disseram que concordam totalmente, sete que concorda parcialmente, três nem concordam/nem discordam, seis discordam parcialmente, ninguém discordou totalmente, e três pessoas, não souberam dizer.

A tabela 3 resume detalhadamente o número de pessoas que responderam se concordam ou discordam, e seus percentuais.

Tabela 2 – Resumo da percepção de concordância com critérios apresentados

(Continua)

	Concorda totalmente		Concorda parcialmente		Nem concorda, nem discorda		Discorda parcialmente		Discorda totalmente		Não sabe dizer	
	Nº de pessoas	(%)	Nº de pessoas	(%)	Nº de pessoas	(%)	Nº de pessoas	(%)	Nº de pessoas	(%)	Nº de pessoas	(%)
a) Melhorias no meio acadêmico	1	4,5	5	22,7	5	22,7	4	18,1	1	4,5	6	27,2

Tabela 2 – Resumo da percepção de concordância com critérios apresentados
(Conclusão)

	Concorda totalmente		Concorda parcialmente		Nem concorda, nem discorda		Discorda parcialmente		Discorda totalmente		Não sabe dizer	
	1	4,5	8	36,3	4	18,1	6	27,2	0	0	3	13,6
b) Ações e procedimentos	1	4,5	8	36,3	4	18,1	6	27,2	0	0	3	13,6
c) Ações institucionais	1	4,5	5	22,7	4	18,1	8	36,3	0	0	4	18,1
d) Marketing	1	4,5	5	22,7	5	22,7	6	27,2	1	4,5	4	18,1
e) Fomento financeiro	3	13,6	7	31,8	3	13,6	6	27,2	0	0	3	13,6

Fonte: Dados primários (Base 22 respostas)

A **questão 12** busca coletar informações sobre o conhecimento dos participantes em relação às atividades oferecidas pela UFSC durante o período de 2018 a 2022. Essa pergunta pode fornecer percepções valiosas sobre a intuição e o engajamento dos participantes em relação às atividades culturais e artísticas promovidas pela instituição ao longo desse período.

A percepção dos respondedores com relação aos “Shows musicais gratuitos” ofertados no período, dezenove pessoas responderam que “Sim, foram ofertados”, e três pessoas responderam que “Não sabem dizer”. Com relação as “Shows musicais pagos”, quinze dos respondedores informaram que “Sim, foram ofertados”, quatro responderam que “Não, não foram ofertados”, e três não souberam dizer.

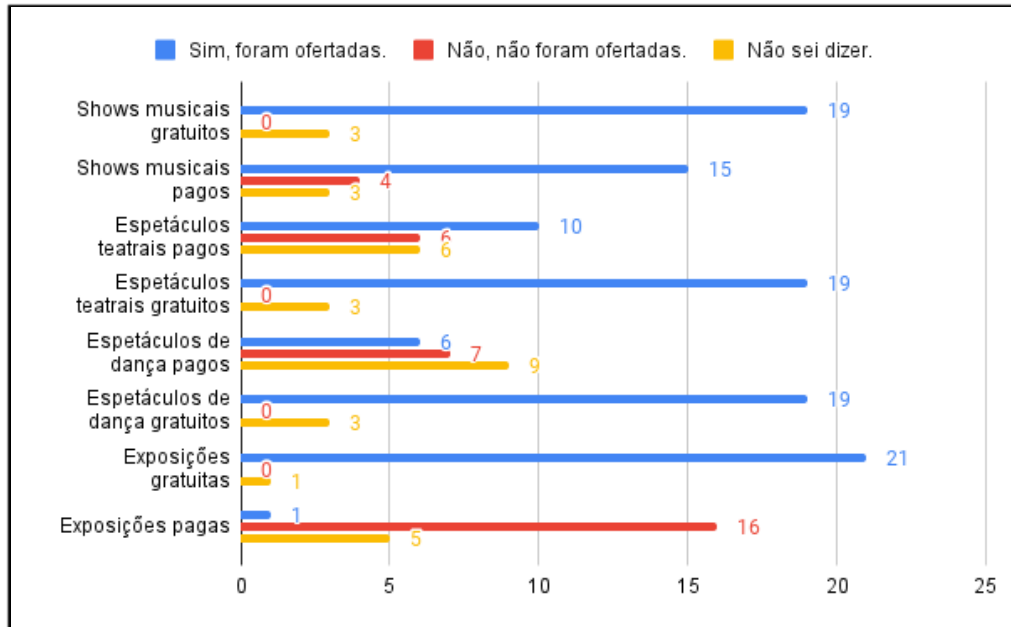
Para o questionamento com relação aos “Espetáculos teatrais pagos”, dez responderam que foram ofertados, seis que não, e também seis não souberam dizer. Quanto aos “Espetáculos teatrais gratuitos”, dezenove respondentes disseram que “Sim, foram ofertados”, e três não souberam dizer, e ninguém respondeu que não foram ofertados.

Os “Espetáculos de dança pagos”, seis respondentes disseram que sim, foram ofertados, sete disseram que não foram, e nove não souberam responder. Ao que foi questionado com relação a oferta dos “Espetáculos de dança gratuitos”, dezenove responderam que sim, e três disseram que não.

Para as “Exposições gratuitas”, 21 pessoas responderam que sim, foram ofertadas, e apenas 1 não soube responder. Já com relação às “Exposições pagas”, uma pessoa respondeu

que foram ofertadas, dezesseis responderam que não foram ofertadas e cinco não souberam responder. Ilustrando as respostas da 12ª questão, apresenta-se o gráfico 6.

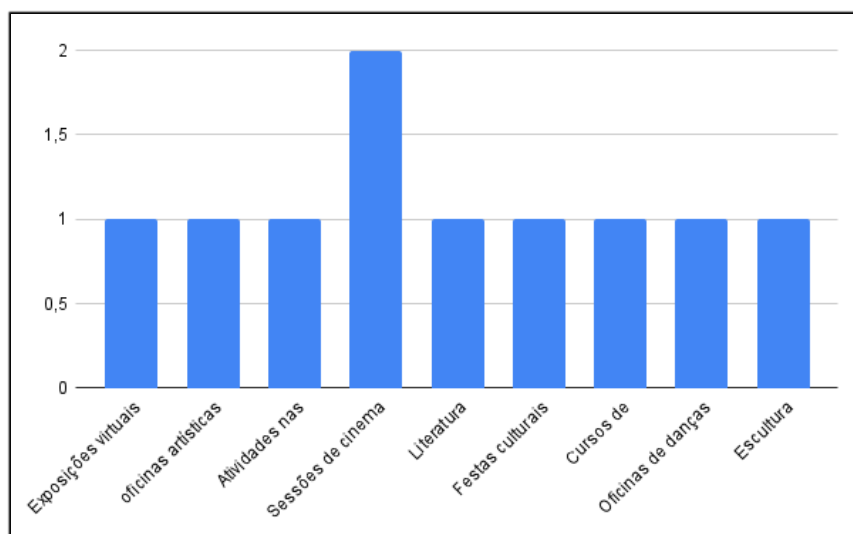
Gráfico 6 – Percepção das atividades ofertadas no período de 2018 a 2022



Fonte: Dados primários (Base 22 respostas)

Para complementar a questão 12, foi permitido que os respondentes incluíssem observações acerca de alguma outra atividade, essas respostas adicionais podem ajudar a identificar atividades culturais e artísticas que talvez não tenham sido consideradas, ampliando a compreensão do escopo das atividades promovidas pela UFSC durante o período de 2018 a 2022. Nesta questão, seis pessoas responderam abertamente, conforme:

Gráfico 7 – Outras atividades não mencionadas anteriormente

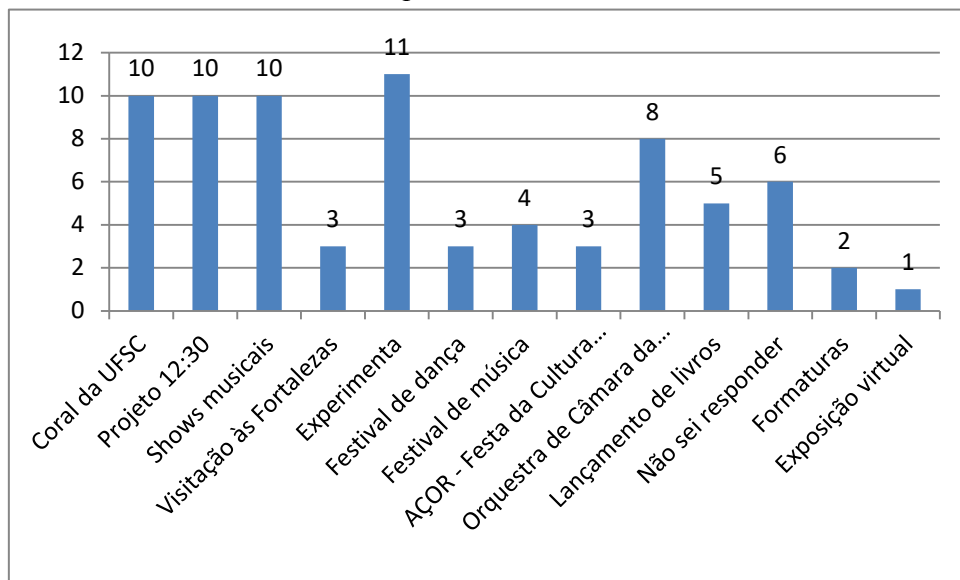


Fonte: Dados primários (Base 22 respostas)

Dentro do intervalo de tempo da pesquisa, passamos pela pandemia de COVID-19³ que teve um impacto significativo em todas as esferas da vida, incluindo a cultura e as atividades artísticas. O distanciamento social e as restrições impostas para conter a disseminação do vírus fizeram com que muitos eventos culturais e artísticos fossem cancelados ou adiados. No entanto, essa crise também impulsionou a criatividade e a inovação na forma como a cultura e as atividades artísticas são compartilhadas e apreciadas. Muitas instituições, incluindo universidades como a UFSC, se adaptaram rapidamente ao cenário virtual, oferecendo atividades e eventos culturais online para o público. Isso incluiu apresentações de música, teatro, dança, exposições de arte e muito mais, transmitidas através de plataformas digitais. Embora não seja a mesma experiência presencial, essas alternativas ajudaram a manter o engajamento cultural e artístico durante um período desafiador.

Para mensurar este período dentro da Gestão 2018/2022, foi apresentada aos respondentes a seguinte pergunta: “Qual(ais) atividades abaixo relacionadas, a UFSC MANTEVE A REALIZAÇÃO de forma virtual?”. Como resposta obtivemos como apresenta o gráfico 8, o número de pessoas que responderam em cada dado.

Gráfico 8 – Atividades que mantiveram de forma virtual



Fonte: Dados primários (Base 22 respostas)

³ A COVID-19 é uma doença respiratória altamente contagiosa que foi identificada pela primeira vez em dezembro de 2019 na cidade de Wuhan, na província de Hubei, na China. Ela se espalhou rapidamente pelo mundo, causando um impacto global sem precedentes. A pandemia de COVID-19 resultou em medidas de saúde pública, como lockdowns, distanciamento social, uso de máscaras e restrições de viagem, para conter a disseminação do vírus. Essas medidas tiveram um impacto profundo em diversos setores, incluindo saúde, economia, educação, cultura e muitos outros.

A 14ª questão, foi dividida em duas partes, na primeira foi perguntada se os respondedores identificam que no período de 2018-2022 houve limitações da UFSC para a CONSOLIDAÇÃO de uma Política de Cultura e Arte, e na segunda parte, aos que responderam sim na primeira parte, foi perguntado quais seriam as LIMITAÇÕES da UFSC para a CONSOLIDAÇÃO, e as respostas foram:

Parte 1) Uma respondeu que não, oito não souberam dizer e 13 pessoas, disseram que sim.

Parte 2) Destas 13 pessoas que responderam sim, quatro respondentes disseram que as limitações foram falta de servidor capacitado e/ou disposto a participar desta construção, nove disseram que a limitação foi a Pandemia COVID-19, e oito mencionaram que foi por corte de verbas.

Nesta questão 14.1, foi permitido aos respondentes, informarem “outras” limitações que julguem relevantes mencionar, e acrescentaram informações como: falta proposta da SECARTE, falta diálogo amplo com a comunidade acadêmica, e também acolhimento de iniciativas individuais e coletivas.

Por fim, foi perguntado se os respondentes sentiram falta sobre algum tema que poderia ter sido abordado, quatro responderam que sim e dezoito que não sentiram falta. Aos que disseram que sentiram, no caso quatro dos vinte e dois respondentes, foi dada oportunidade, de forma discursiva, expressarem suas percepções. O que podemos observar na tabela 3.

Tabela 3 – O que sentiu falta na pesquisa

O que sentiu falta na pesquisa
• Iniciativa para uma ação cultural virtual durante a pandemia.
• Mais liberdade de opinião ao pesquisado, contemplar o contraditório.
• Falta de uma política de divulgação da produção artística e cultural da UFSC.
• Faltou abordar a inexistência de uma Política Cultural (ou Plano Institucional de Cultura) na UFSC.
• Falta de recursos financeiros para a Cultura e Arte na UFSC.
• Inexistência de um fundo cultural para a UFSC.
• Falta de propostas de projetos de captação de recursos na Área Cultural.
• As estratégias necessárias para chamar a comunidade acadêmica para o diálogo.

Fonte: Dados primários (Base 4 respondentes)

4.6 ANÁLISE DOS DADOS

Com a finalidade de atender ao que foi proposto no objetivo “a” deste estudo: “Avaliar a Política de Cultura e Arte da UFSC (Gestão 2018/2022), a partir da percepção dos servidores envolvidos”, nesta seção, apresentam-se os dados obtidos com as respostas dos questionários, com um comparativo com a pesquisa bibliográfica e documental realizada neste estudo.

Com a finalidade de aperfeiçoar os resultados do perfil pesquisado, a análise será feita com os respondentes que estão há mais de 5 anos na instituição, pois este estudo possui um corte temporal no período de 2008 a 2022, pois as respostas dos respondentes que estão há menos de 5 anos pode gerar erro nas análises, por não terem vivenciado a época. Como afirma Santos (2012, p.139),

“torna-se obrigatória a utilização de técnicas e procedimentos para tirar de tal universo (população) mostras que permitam construir um estudo, sem incorrer em distorções que iriam ferir a legitimidade, cientificidade e credibilidade do trabalho de investigação”.

Com base nas respostas das questões de 1 a 8, é possível identificar um perfil predominante entre os respondentes da pesquisa. Dos entrevistados, a maioria está na instituição há mais de 5 anos, indicando uma certa estabilidade e experiência dentro da universidade. Além disso, dentro desse grupo, 18 pessoas têm 31 anos ou mais, sugerindo que a maioria dos respondentes possui uma faixa etária mais avançada (31 anos ou mais). Por outro lado, apenas uma pessoa está na faixa etária de 21 a 30 anos, o que indica uma representação relativamente menor de servidores mais jovens. Essa análise do perfil dos respondentes pode fornecer *insights* sobre como a percepção das políticas culturais da UFSC pode variar de acordo com a experiência na instituição e a faixa etária dos servidores. Isso pode ser útil ao interpretar as respostas e tirar conclusões mais precisas sobre as avaliações das políticas de cultura e arte ao longo do período da pesquisa.

É notável que os respondentes da pesquisa possuem diversos níveis de capacitação acadêmica. Dentre os 19 participantes, quatro possuem doutorado completo ou em andamento, indicando um alto grau de qualificação acadêmica. Além disso, seis possuem mestrado completo ou em andamento, o que também demonstra um nível significativo de formação pós-graduada. Outros quatro respondentes têm especialização, indicando um esforço para aprimorar habilidades específicas em suas áreas de atuação. Quatro pessoas

possuem nível superior completo, o que pode incluir diferentes formações de graduação. E apenas uma pessoa possui nível fundamental, sugerindo uma diversidade de formações educacionais entre os participantes. Essa diversidade de níveis de capacitação pode influenciar a percepção e a compreensão das políticas de cultura e arte da UFSC, já que diferentes níveis de formação podem levar a interpretações distintas sobre as estratégias e impactos dessas políticas. Portanto, considerar a variabilidade educacional dos respondentes é relevante para uma análise completa e abrangente dos resultados da pesquisa.

Ao questionar se “reconhece que havia uma Política de cultura e Arte institucionalizada na UFSC no período de 2018/2022”, podemos observar que cinco dos respondentes reconhecem a presença dessa política desde o início da Gestão 2018/2022, porém outros cinco respondentes não reconhecem a presença da política de cultura no mesmo período. Variando entre os respondentes temos duas pessoas reconhecem desde 2020, outras duas desde 2021 e uma pessoa apenas em 2022 até o final, no segundo semestre do mesmo ano. Essa variação temporal nas respostas pode indicar diferentes níveis de visibilidade, comunicação e implementação da política de cultura ao longo do período analisado. As percepções tardias de reconhecimento também podem estar relacionadas à mudanças na intensificação das atividades culturais ao longo dos anos, além da atipicidade da pandemia da COVID-19.

Uma observação interessante a se fazer, é que das cinco pessoas que não percebem que havia Política de Cultura e Arte durante a Gestão 2018-2022, quatro delas reconhecem que foram ofertadas mais de dez atividades por ano, nos quatro anos da Gestão. E das que não souberam dizer se havia uma Política Pública de Cultura e Arte ou não, também reconheceram que foram ofertadas mais de dez atividades por ano, nos quatro anos da Gestão. É possível que algumas pessoas não tenham identificado ou relacionado diretamente as atividades culturais como parte de uma política institucionalizada. Por outro lado, o fato de que algumas pessoas não sabiam dizer se havia uma política pública de cultura e arte, mas reconheceram que foram ofertadas várias vezes ao longo dos quatro anos da gestão, sugere que essas atividades eram visíveis e significativas o suficiente para serem notadas e contabilizadas. Essa discrepância entre a percepção da política e a percepção das atividades destaca a importância de uma comunicação eficaz e transparente por parte da administração da instituição, para que os servidores e participantes tenham uma compreensão clara das políticas e ações culturais desenvolvidas pela UFSC. Isso pode contribuir para uma maior conscientização e engajamento em relação às atividades culturais e à própria Política de Cultura e Arte da instituição.

Com mais aprofundamento ao tema acerca de Políticas Públicas de Cultura e Arte na UFSC, com base nas diretrizes criadas na Gestão 2018/2022, foi formulada a pergunta em que os respondentes foram solicitados a expressar seu nível de concordância ou discordância em relação à realização das ações relacionadas a seguir:

- a) No critério “Melhorias ao meio acadêmico”, a percepção dos entrevistados é de que a maioria não tem certeza se houve melhorias naquele período, pois dos dezoito respondentes, uma minoria concorda total ou parcialmente que houve melhorias, enquanto uma parcela significativa dos entrevistados não concorda nem discorda ou discorda parcialmente. Além disso, alguns entrevistados discordam totalmente ou não souberam dizer. Essa incerteza ou falta de clareza nas respostas pode refletir uma falta de informações claras sobre as ações de política de cultura e arte e suas influências no meio acadêmico. Também pode sugerir que a eficácia das políticas pode não ter sido percebida da mesma forma por todos os entrevistados.
- b) Com base nas respostas dos membros do universo da pesquisa, a percepção em relação às “ações e procedimentos para ampliação das atividades artísticas culturais nos demais campi da UFSC, outras instituições e demais instâncias da sociedade e Estado” durante o período da gestão avaliada não é muito clara ou unificada. A maioria dos entrevistados não tem uma percepção definida sobre essas ações. Isso é evidenciado pelo fato de que cinco entrevistados concordam parcialmente, sete discordam parcialmente e três não têm uma opinião clara (nem concordam/nem discordam). Além disso, três entrevistados não souberam dizer. Apenas uma pessoa concordou totalmente com essas ações, o que pode sugerir que essa pessoa tem uma visão mais positiva e clara sobre as iniciativas de ampliação das atividades artísticas culturais nos diversos contextos mencionados.
- c) Com base nos resultados obtidos, a percepção em relação ao terceiro critério criado pela autora, "Ações institucionais", não é clara ou uniforme entre os membros do universo da pesquisa. Dos dezoito respondentes, a maioria expressou uma percepção que não se inclina claramente para concordância ou discordância. Dezoito deles responderam entre "concorda parcialmente", "discorda parcialmente", "não sabe dizer" ou "nem concorda/nem discorda". Isso sugere que a maioria dos entrevistados não tem uma opinião firme ou não tem informações suficientes para avaliar com clareza as ações institucionais relacionadas às atividades artísticas culturais. No entanto, vale destacar que uma

pessoa respondeu com clareza que concorda totalmente com a realização de ações institucionais nesse contexto, e outra pessoa expressou uma discordância total. Essas duas respostas contrastantes indicam que existe uma diversidade de opiniões entre os entrevistados em relação a esse critério específico.

- d) As respostas em relação ao critério de "*Marketing*, difusão da arte e cultura produzida pela UFSC, compartilhando conteúdo com a comunidade" estão bastante divididas entre os entrevistados. Dos dezenove respondentes, cinco pessoas concordaram parcialmente, o que sugere que elas veem alguma iniciativa nesse sentido, mas talvez não considerem que tenha sido totalmente eficaz. Por outro lado, seis pessoas discordaram parcialmente, indicando que não perceberam ações significativas relacionadas ao *marketing* e divulgação das atividades culturais da UFSC. Três pessoas concordaram totalmente, o que sugere que elas têm uma percepção positiva sobre as ações de *marketing* e divulgação realizadas. No entanto, três pessoas também responderam que nem concordam/nem discordam, indicando possivelmente uma falta de clareza sobre a eficácia dessas ações ou falta de informações suficientes. Além disso, duas pessoas não souberam dizer, o que pode indicar uma falta de conhecimento sobre as iniciativas de *marketing* e divulgação ou talvez uma percepção insuficiente sobre essas ações. Essa divisão nas respostas pode sugerir que a eficácia das ações de *marketing* e divulgação das atividades culturais da UFSC pode ser uma questão subjetiva, com opiniões variadas entre os entrevistados. Isso pode indicar a importância de avaliar e ajustar as estratégias de *marketing* e comunicação para atender melhor às expectativas e necessidades da comunidade universitária em relação às atividades culturais.
- e) A comparação entre as respostas das questões 10 e 11 revela uma discrepância interessante nas percepções dos respondentes em relação à oferta de atividades culturais e às ações de *marketing*/divulgação das mesmas. Na questão 10, os respondentes demonstraram um reconhecimento claro de que houve uma frequência significativa de atividades culturais ofertadas no período de 2018 a 2022, com a maioria deles indicando que foram oferecidas mais de 10 atividades por ano. Isso sugere que os participantes têm uma percepção positiva sobre a quantidade de eventos culturais promovidos pela UFSC nesse período. Por outro lado, na questão 11, que se refere às ações de *marketing* e divulgação das atividades culturais, as respostas indicam certa incerteza por parte dos

respondentes. Muitos deles não concordaram totalmente nem discordaram totalmente sobre a eficácia dessas ações. Além disso, algumas pessoas nem concordaram nem discordaram, e outras não souberam dizer. Essa discrepância pode indicar que, embora os respondentes tenham percebido a realização das atividades culturais, eles podem não ter uma percepção clara sobre como essas atividades foram efetivamente divulgadas e promovidas pela instituição. Isso pode indicar uma possível lacuna na comunicação entre a instituição e o público pesquisado em relação às ações de *marketing* e divulgação das atividades culturais.

- f) A análise das respostas dos pesquisados em relação às questões sobre “Fomento financeiro” revela uma percepção similar àquela observada nas questões anteriores. A maioria dos respondentes parece não ter uma opinião definitiva sobre o tema em questão. As respostas estão distribuídas de forma bastante equilibrada entre os diferentes níveis de concordância e discordância, bem como a falta de clareza expressa por algumas respostas. Especificamente, para as questões relacionadas ao fomento, temos:
- Seis pessoas concordam parcialmente.
 - Seis pessoas discordam parcialmente.
 - Quatro respondentes nem concordam nem discordam.
 - Duas pessoas não souberam responder.
 - Apenas uma pessoa concordou totalmente.

Essa distribuição de respostas sugere que os respondentes podem não estar completamente cientes das políticas de fomento de atividades culturais e artísticas na UFSC durante o período de 2018 a 2022. Pode ser que as ações de fomento não tenham sido claramente difundidas ou que os respondentes não tenham tido uma experiência direta com essas ações.

Com intuito de levantar a percepção dos respondentes acerca das atividades ofertadas ao longo dos anos de 2011 a 2022, a 12ª questão pergunta “qual/ais atividades você tem conhecimento de que foi/foram ofertada/s pela UFSC”. Com as respostas podemos observar que a maioria reconhece que foram ofertadas atividades como: shows gratuitos e com cobrança, espetáculos teatrais gratuitos e com cobrança, espetáculos de dança gratuitos e com cobrança, assim como exposições gratuitas. Apenas exposições com cobrança que reconhecem que não foram ofertadas. Essa percepção de que reconhecem que os formatos de atividades foram ofertadas, vai de encontro com as respostas na questão 10, onde questiona a

frequência de oferta de atividades em geral, e que apenas três pessoas não souberam dizer, todas as demais reconheceram que houve.

A análise das respostas da 12ª questão, que investigou o conhecimento dos respondentes sobre as atividades ofertadas pela UFSC no período de 2018 a 2022, revela um padrão interessante de percepção. A maioria dos respondentes parece ter conhecimento sobre as atividades culturais e artísticas que foram oferecidas durante esse período. A análise das atividades mencionadas pelos respondentes demonstra que eles estão cientes da variedade de eventos culturais e artísticos que foram realizados, incluindo shows, espetáculos teatrais e de dança, bem como exposições. Um aspecto relevante a ser observado é que a percepção dos respondentes em relação à oferta de atividades vai de encontro às respostas dadas na questão 10, onde foram questionados sobre a frequência com que as atividades foram ofertadas. Enquanto na questão 10 a maioria reconheceu que foram ofertadas várias atividades por ano, na questão 12, os respondentes reconhecem de forma mais específica as diferentes categorias de atividades que foram realizadas. Essa convergência nas respostas pode indicar que os respondentes têm um conhecimento mais detalhado sobre os tipos de atividades que foram realizadas, e possuem uma percepção precisa da frequência exata com que ocorreram.

Ainda na questão 12, foi permitido aos respondentes que citassem outras atividades que não foram mencionadas e foi obtido o resultado abaixo, onde podemos considerar que de 2018 a 2022, foi ofertado uma variedade de atividades artísticas-culturais na UFSC. Isso demonstra que a UFSC buscou proporcionar uma variedade de experiências culturais aos seus membros durante esse período. Essa diversidade de atividades sugere que a instituição estava empenhada em oferecer oportunidades culturais para a comunidade acadêmica e para a sociedade em geral. Além disso, o fato de os respondentes mencionarem essas atividades indica que elas tiveram impacto e foram relevantes para os envolvidos.

Tabela 4 – Demais citações acerca de atividades ofertadas de 2018 a 2022

Atividades	Quantidade de citações
Exposições virtuais	1
Oficinas artísticas	1
Atividades nas Fortalezas	2
Sessões de cinema	2
Literatura	1
Festas culturais	1
Cursos de capacitações	1
Oficinas de danças folclóricas	1
Escultura	1

Fonte: Dados primários (Base 5 respondentes)

A pergunta feita na questão 13, sobre se os respondentes reconhecem que a UFSC manteve a realização de atividades artísticas-culturais de forma virtual durante o período da pandemia da COVID-19, resultou em respostas positivas. Isso indica que os participantes da pesquisa perceberam que, mesmo diante das restrições impostas pelo isolamento social e pelas medidas de segurança devido à pandemia, a instituição conseguiu se adaptar e continuar oferecendo atividades culturais e artísticas de forma virtual. Essa percepção positiva dos respondentes sugere que a SECARTE foi capaz de se reinventar e encontrar maneiras de continuar promovendo experiências culturais e artísticas. O uso de formatos virtuais para as atividades permitiu que os participantes continuassem a ter acesso a eventos culturais e artísticos. Essa capacidade de adaptação da instituição é relevante, pois mostra a importância que a cultura e as atividades artísticas têm para a comunidade acadêmica e para a sociedade em geral, mesmo em momentos de crise. Além disso, as respostas indicam que os esforços da UFSC para continuar oferecendo experiências culturais virtuais foram percebidos e valorizados pelos respondentes, o que pode indicar um impacto positivo dessas iniciativas.

As respostas obtidas nas questões 14a e 14b proporcionaram percepções valiosas sobre as possíveis limitações enfrentadas pela Gestão 2018/2022 na institucionalização de uma Política Pública de Cultura e Arte na UFSC. As respostas variadas dos respondentes destacam vários pontos que podem ter contribuído para essa limitação:

- a) Impacto da Pandemia da COVID-19: A pandemia teve um impacto significativo em todas as áreas, incluindo a cultura e as atividades artísticas. A impossibilidade de realizar eventos presenciais e a necessidade de adotar medidas de distanciamento social podem ter dificultado a implementação de uma política de cultura;
- b) Cortes de Verbas: Os cortes de verbas destinadas à cultura podem ter limitado as possibilidades de investimento e realização de atividades culturais e artísticas;
- c) Falta de Servidores Capacitados: A falta de servidores com conhecimento e capacitação específicos para lidar com a temática cultural pode ter sido uma limitação, uma vez que a gestão de políticas culturais exige expertise na área;
- d) Ausência de Proposta de Política de Cultura: A falta de uma proposta concreta e estruturada de Política de Cultura pode ter dificultado a implementação de ações consistentes nesse campo;
- e) Falta de Diálogo com a Comunidade Acadêmica: A ausência de um diálogo amplo e efetivo com a comunidade acadêmica para identificar as necessidades

culturais e artísticas pode ter impactado na elaboração de ações alinhadas com as demandas dos estudantes, docentes e demais membros da universidade;

- f) Falta de Acolhimento de Iniciativas Individuais e Coletivas: A falta de incentivo e acolhimento de iniciativas individuais e coletivas pode ter limitado a diversidade de atividades culturais realizadas, deixando de aproveitar o potencial criativo e engajamento da comunidade.

Essas respostas representam a complexidade de se institucionalizar uma Política de Cultura e Arte, especialmente em um contexto de desafios como a pandemia e limitações orçamentárias. Além disso, indicam áreas específicas que podem ser alvo de ações de melhoria e desenvolvimento para futuras gestões, como o fortalecimento do diálogo com a comunidade acadêmica, a capacitação de servidores e a construção de propostas de políticas culturais mais sólidas e abrangentes.

As respostas obtidas na questão 15 refletem preocupações e observações relevantes por parte dos respondentes sobre o que sentiram falta de ter sido abordado na pesquisa. Essas observações ampliam a compreensão das questões relacionadas à política de cultura e arte na UFSC, e destacam áreas de interesse e preocupações que não foram diretamente contempladas nas perguntas anteriores. Alguns dos pontos mencionados pelos respondentes incluem:

- a) Mais Liberdade de Opinião e Contemplar o Contraditório: Alguns respondentes sentiram falta de uma abordagem mais aberta, onde diferentes perspectivas e opiniões fossem consideradas, incluindo o contraditório. Isso sugere um desejo por um espaço de discussão mais plural e inclusivo;
- b) Política de Divulgação da Produção Artística e Cultural: A falta de uma política de divulgação efetiva para a produção artística e cultural da UFSC foi mencionada. Isso ressalta a importância da visibilidade e promoção das atividades culturais realizadas pela universidade;
- c) Inexistência de Política Cultural Institucional: Alguns respondentes destacaram que a ausência de uma política cultural institucional mais abrangente não foi abordada. Isso sugere uma preocupação com a falta de direcionamento estratégico nessa área;
- d) Recursos Financeiros e Fundo Cultural: A falta de recursos financeiros para a cultura e arte na UFSC, bem como a inexistência de um fundo cultural para apoio financeiro, foram questões mencionadas. Isso indica a importância de investimentos para viabilizar as atividades culturais;

- e) Propostas de Projetos de Captação de Recursos: Alguns respondentes sugeriram que a pesquisa poderia ter abordado mais sobre propostas de projetos para captação de recursos na área cultural, indicando a busca por estratégias de financiamento alternativas;
- f) Estratégias para Engajar a Comunidade Acadêmica: A necessidade de estratégias para envolver a comunidade acadêmica em diálogos sobre cultura e arte foi mencionada, sugerindo que há interesse em formas eficazes de engajamento;
- g) Iniciativas Virtuais durante a Pandemia: A sugestão de iniciativas virtuais durante a pandemia, que se mostrou um desafio significativo para a continuidade das atividades culturais, indica uma preocupação com a adaptação às circunstâncias.

Essas observações enriquecem a análise e permitem uma compreensão mais abrangente das percepções, necessidades e expectativas dos respondentes em relação à Política de Cultura e Arte na UFSC. Elas também podem servir como orientações valiosas para futuras ações e estratégias nessa área.

Na sequência, é apresentada uma síntese da análise desta pesquisa.

4.7 SÍNTESE DA ANÁLISE

A pesquisa tem como objetivo propor diretrizes e ações para a Cultura e Arte na UFSC a partir da Avaliação Política de Cultura (Gestão 2018/2022). A unidade de análise foi a Secretaria de Cultura, Arte e Esportes da UFSC, o universo da pesquisa forma os servidores lotados nesta secretaria. Sendo assim, foram delineados métodos e estratégias para alcançar os objetivos propostos nesta pesquisa, entre eles, a elaboração de um instrumento de coleta de dados (questionário) enviado por *e-mail* e disponibilizado *on-line* aos envolvidos.

A pesquisa foi respondida por 22 servidores lotados na SECARTE, porém na análise dos dados, foram considerados apenas os servidores com mais de 5 anos na instituição, por questões de propriedade nas respostas baseado no corte temporal do estudo. Após pesquisar o perfil sócio demográfico dos servidores que integram o público alvo deste estudo, concluiu-se que o grupo é caracterizado por profissionais cuja faixa etária está entre 31 a 50 anos (94,7%). Cerca de 50% possui algum tipo de pós-graduação.

A percepção dos participantes da pesquisa sobre a existência de uma política de cultura no período da gestão avaliada (2018-2022) é significativa, com 57,8% dos respondentes reconhecendo que havia, de fato, uma política de cultura em algum dos anos

dessa gestão. No entanto, vale observar que ainda há uma parcela significativa que não reconheceu a existência de uma política de cultura durante esse período.

Essa variação nas percepções pode ser atribuída a uma série de fatores, incluindo o grau de envolvimento direto ou indireto dos participantes com as atividades culturais, a clareza da comunicação institucional sobre as políticas em vigor, entre outros. É importante considerar esses resultados como um indicativo da percepção subjetiva dos participantes, que pode ser influenciada por uma variedade de fatores individuais e contextuais. A constatação de que muitas incertezas poderiam ter sido esclarecidas se houvesse uma política de comunicação mais ampla e eficiente sugere a importância da divulgação das ações e realizações da gestão.

A análise das respostas revelou que a questão do fomento financeiro para a cultura foi um ponto importante levantado pelos participantes em relação à Gestão 2018/2022. Tanto nas respostas à pergunta 11, que avaliava a percepção dos respondentes sobre a realização das ações de fomento, quanto na questão aberta da 15, onde os participantes tiveram a oportunidade de mencionar aspectos que sentiram falta de terem sido abordados na pesquisa, observou-se que muitos apontaram para a ausência de formas efetivas de fomento financeiro para as atividades culturais na instituição. Esses pontos sugerem que, do ponto de vista dos participantes, a gestão poderia ter sido mais ativa na busca por recursos financeiros para apoiar as atividades culturais e artísticas na instituição.

O contexto da pandemia da COVID-19 sem dúvida teve um impacto significativo em todas as áreas da sociedade, incluindo as atividades culturais e artísticas. Foi um período desafiador em que muitas instituições, incluindo a UFSC, tiveram que se reinventar e encontrar maneiras criativas de continuar oferecendo atividades culturais mesmo diante das restrições impostas pelo distanciamento social e outras medidas de segurança. Nesse contexto, a percepção dos pesquisados de que a UFSC conseguiu manter suas atividades culturais de forma virtual é um sinal positivo de adaptação e inovação. A utilização de meios digitais para continuar promovendo a cultura e a arte durante um período tão desafiador é uma evidência da importância dessas atividades para a comunidade acadêmica e para a sociedade em geral.

Entretanto, como mencionado, a presença de uma Política Pública de Cultura institucionalizada poderia ter contribuído ainda mais para atenuar os impactos negativos da pandemia. Uma política sólida e estruturada poderia ter fornecido diretrizes claras para a continuidade das atividades culturais, bem como estratégias de fomento e recursos para enfrentar os desafios específicos que a pandemia trouxe. Isso ressalta a importância de uma gestão cultural eficaz e de políticas públicas bem estabelecidas, que possam fornecer

direcionamento e recursos para manter a cultura ativa e resiliente mesmo em circunstâncias adversas.

4.8 PROPOSIÇÕES

A cultura de uma região é moldada por sua história, tradições, valores e identidade. Ao desenvolver uma política de cultura para uma instituição de ensino como a UFSC, com toda sua diversidade cultural de etnia, social, gênero, filosofia, portanto é essencial que ela seja sensível e respeitosa em relação a essas questões. (Canclini, 2001).

Visando atender o objetivo geral desta pesquisa: “Propor diretrizes e ações para a Cultura e Arte da UFSC, a partir da avaliação da Política de Cultura e Arte (Gestão 2018/2022), passa-se a apresentar sugestões de diretrizes e ações que poderão ser adotadas no processo de construção coletiva de uma Política de Cultura e Arte para a UFSC.

Tais propostas foram elaboradas com base nas discussões teóricas constantes no capítulo 2 deste trabalho, e com base nos dados primários obtidos por meio do questionário aplicado aos servidores envolvidos, e suas análises, além das considerações da autora. As diretrizes e ações sugeridas são:

- a) **Acesso à Cultura:** Garantir que a cultura seja acessível a todos os cidadãos, independentemente de sua origem social, econômica ou geográfica:
 - Criar espaços culturais públicos, em todos os campi, físicos ou virtuais, com acessibilidade para todos;
 - Capacitar servidores para receber eventos para Pessoas com Deficiência (PcD’s);
 - Proporcionar eventos gratuitos, garantindo a maior abrangência de público;
 - Ampliar atuação da SECARTE nos demais campi na instituição, com agentes multiplicadores de conhecimento;
 - Capacitar demais campi para serem geradores de arte e cultura em sua região.
- b) **Diversidade Cultural:** Valorizar e promover a diversidade cultural, reconhecendo e respeitando as diferentes manifestações culturais de grupos étnicos, religiosos e sociais presentes na sociedade:
 - Criar protocolo de atendimento neutro e respeitoso, das possíveis demandas recebidas na instituição, garantindo espaço para tais manifestações;

- Promover, junto aos Centros de Ensino, articulação para a realização de atividades culturais na grade de ensino;
 - Fomentar financeiramente atividades artístico culturais dos grupos étnicos, de gênero e sociais presentes na instituição.
- c) **Desenvolvimento Cultural:** Investir em programas que estimulem a produção cultural, a formação de artistas e o desenvolvimento de talentos. Isso pode envolver bolsas de estudo, residências artísticas, cursos e oficinas:
- Criar projetos de extensão de arte e cultura em todos os cursos de graduação da UFSC;
 - Criar agenda cultural para novos talentos, unindo ao Banco de talentos já existente, porém em desuso.
- d) **Preservação do Patrimônio:** Proteger e preservar o patrimônio cultural e histórico, incluindo monumentos, tradições, costumes e expressões culturais:
- Criar programas de incentivo em todas as áreas de atuação da UFSC, desde NDI, Colégio de Aplicação, e nos cursos de graduação, para as visitas aos espaços materiais considerados patrimônios históricos;
 - Catalogar e produzir um acervo virtual dos bens imateriais da UFSC e das cidades as quais os campi se encontram.
- e) **Fomento à Criação e Produção:** Apoiar a criação artística em todas as suas formas, estimulando a produção de obras literárias, visuais, musicais, teatrais e audiovisuais:
- Buscar recursos financeiros, para o incentivo à produção artística cultural, nos cursos de graduação;
 - Estimular todas as etapas do processo indicado no PNC através de editais, chamadas de projetos e outras formas de incentivo que permitam a articulação entre a comunidade acadêmica e comunidade em geral;
 - Os campi da UFSC devem ter autonomia para dialogar com a sociedade e propor programas, projetos e atividades culturais.
- f) **Educação e Formação Cultural:** Promover a educação cultural e o desenvolvimento de públicos críticos, por meio de programas educativos, visitas a museus, teatros e outras instituições culturais:

– Por meio de cooperação a parcerias com órgãos municipais e estaduais, em todas as cidades com campus, criar recursos para a promoção da cultura, seja com as escolas básicas, ou até mesmo na promoção de eventos culturais.

g) **Integração Social:** Usar a cultura como ferramenta de integração social, promovendo atividades que envolvam diferentes grupos da sociedade.

h) **Desenvolvimento Sustentável:** Inserir a cultura como elemento central do desenvolvimento sustentável, reconhecendo seu potencial para gerar empregos, renda e fortalecer a economia criativa.

No que foi abarcado com nas discussões teóricas, a autora trouxe para as proposições, tratativas como questões sociais discutidas por Búrigo e Ramos (2014), além da relação das políticas culturais nas IPES apresentadas por Rubim (2019). Búrigo e Ramos (2014) trazem questões de supressão da unilateralidade dos interesses, que podem aumentar a divisão das classes, provocando o desgaste e enfraquecimento da valorização cultural. E Rubim (2019), corrobora quando diz que “as relações entre mapeamento cultural, políticas culturais e planos de cultura, são vitais para a conexão universidade e cultura”.

Todas as teorias apresentadas neste trabalho embasaram a autora para desenhar as proposições acima, mas principalmente o Plano Nacional de Cultura, criado em 2010, que foi propulsor para o fortalecimento das políticas de culturas no país.

Na sequência, faz-se apresentação das conclusões desta pesquisa.

5 CONCLUSÃO

Desenvolvem-se, neste espaço, as conclusões da pesquisa realizada, bem como as recomendações de estudos futuros sobre o referido tema.

A pesquisa foi conduzida de forma abrangente e detalhada, com abordagem qualitativa para avaliar a Política de Cultura e Arte na UFSC durante a gestão de 2018/2022. Além disso, ao focar nas percepções e opiniões dos participantes, foi levado em consideração as vozes e perspectivas daqueles que estão diretamente envolvidos nas atividades culturais e artísticas da instituição.

Através da coleta de dados por meio de questionários *online* e análise das respostas, foi possível identificar lacunas e avanços na Política de Cultura, bem como entender o nível de conhecimento dos participantes sobre o tema. A busca por novas diretrizes e ações com base nas opiniões e percepções dos participantes demonstra um compromisso em melhorar e aprimorar a política de cultura e arte da instituição.

O universo da análise foram os servidores da SECARTE. Sendo assim, foram delineados métodos e estratégias para alcançar os objetivos propostos nesta pesquisa, entre eles, a elaboração de um instrumento de coleta de dados (questionário) utilizando o *google forms*, disponibilizado *on-line*, enviado pela pesquisador, por e-mail, para cada servidor.

A revisão do alicerce teórico conceitual, visando a embasar a elaboração do atual estudo, foi realizada a partir de pesquisa bibliográfica e documental. A apresentação dos temas discutidos ao longo do segundo capítulo iniciaram com a abordagem da política de cultura, seus ciclos e meios de avaliação, seguida da exposição sobre os principais aspectos referente às políticas de cultura no Brasil e nas universidades.

Os objetivos "a" e "b" foram integralmente alcançados de acordo com as análises e respostas apresentadas no capítulo quatro deste estudo. No caso do objetivo "a", que se propôs a avaliar a Política de Cultura e Arte na Gestão 2018/2022 a partir da percepção dos servidores envolvidos, as respostas obtidas dos participantes da pesquisa forneceram valiosas informações sobre como essa política foi percebida e vivenciada no ambiente da UFSC durante o período avaliado. Foi possível perceber que parte do público pesquisado possui observações consistentes acerca das questões de política de cultura e arte na UFSC.

No que diz respeito ao objetivo "b", onde buscou identificar lacunas e avanços relativos à Política de Cultura e Arte na UFSC a partir da avaliação realizada, as respostas dos participantes permitiram uma análise aprofundada das áreas que necessitam de melhorias, bem como os pontos que foram bem-sucedidos. As lacunas observadas refletem, direta e

indiretamente, em questões como ausência de um fundo cultural na instituição. Questões propostas neste estudo como, criação de espaços, capacitação de servidores, projetos de extensão, dentre outros, são embasados em possibilidades financeiras de se agir, e que por muitas vezes são inviabilizadas por cortes em verbas destinadas à cultura. Outras questões vinculadas à comunicação dentro da SECARTE, afim de reduzir possíveis ruídos e facilitar a compreensão de todos acerca das ações culturais, possibilitando melhor compreensão acerca do tema proposto.

Por fim, com base nas análises realizadas e nas respostas obtidas dos participantes, este estudo conseguiu apresentar propostas concretas de novas diretrizes e ações. Essas propostas visam a consolidação de uma Política Pública de Cultura e Arte na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), com o objetivo de assegurar ações culturais e artísticas acessíveis e abrangentes para toda a comunidade acadêmica e além. As propostas emergem das lacunas identificadas nas percepções dos servidores envolvidos, bem como das áreas que precisam de melhorias conforme indicado pelas respostas da pesquisa. Essas propostas podem abranger diversos aspectos, como acesso à cultura, diversidade cultural, desenvolvimento cultural, preservação do patrimônio, fomento à criação e produção, educação e formação cultural, integração social e o desenvolvimento sustentável.

Dessa forma, este estudo não apenas avaliou a situação da Política de Cultura e Arte na UFSC naquele período, mas também forneceu um caminho claro para o aprimoramento e a eficácia dessas políticas no futuro. As propostas apresentadas não apenas refletem as percepções e necessidades dos servidores envolvidos, mas também buscam criar um ambiente cultural enriquecedor, inclusivo e dinâmico para toda a comunidade universitária e a sociedade em geral.

Acredita-se que o atual estudo possa servir para subsidiar novas pesquisas científicas, estimulando o avanço dos debates e reflexões sobre Políticas de Cultura e Arte nas instituições federais de ensino superior e, por conseguinte, a produção de novos conteúdos acadêmicos voltados ao tema em foco. Contudo sugere-se uma pesquisa mais profunda com todos os servidores da UFSC, incluindo todos os Campi da Instituição.

REFERÊNCIAS

AAKER, David A., V. Kumar, George S. Day. **Pesquisa de Marketing**. Trad. Reinaldo Cavalheiro Marcondes. São Paulo. Ed. Atlas, 2001.

ANDRADE, Mário de. **O banquete**. São Paulo: Duas Cidades, 1977. 163p.

BARBALHO, Alexandre. Coleção Políticas e Gestões Culturais: **Política Cultural**. Secretaria de Cultura da Bahia. 2013

BAUMAN, Zygmunt. **Ensaio sobre o conceito de cultura**. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

CASTANHO, Sérgio Eduardo Montes. **Política Cultural: reflexão sobre a separação entre a educação e a cultura no Brasil**. 1987. Dissertação (Mestrado em Educação) - Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas. Disponível em:
<http://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/17712?guid=46d5aae7cb48fd3648&returnUrl=%2fresultado%2flistar%3fguid%3d46d5aae7cb48fd3648%26quantidadePaginas%3d1%26codigoRegistro%3d17712%2317712&i=1>. Acesso em: 25 mai. 2022

BRASIL. **Decreto nº 6.495**, de 30 de junho de 2008. Institui o Programa de Extensão Universitária – PROEXT. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/decreto/d6495.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%206.495%2C%20DE%2030,vista%20o%20disposto%20no%20art.>. Acesso em: 26 de maio de 2022.

_____. **Decreto nº 19.402**, de 14 de Novembro de 1930. Cria uma Secretária de Estado com a denominação de Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19402-14-novembro-1930-515729-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em: 27 de maio de 2022.

_____. **Decreto nº 37.608**, de 14 de Julho de 1955. Institui no Ministério da Educação e Cultura um curso de altos estudos sociais e políticos, denominado Instituto Superior de Estudos Brasileiros, dispõe sobre o seu funcionamento e dá outras providências. Disponível em: < <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-37608-14-julho-1955-336008-publicacaooriginal-1-pe.html#:~:text=Institui%20no%20Minist%C3%A9rio%20da%20Educa%C3%A7%C3%A3o,funcionamento%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%Aancias.>> Acesso em: 30 de maio de 2022.

_____. **Decreto nº 66.967**, de 27 de Julho de 1970. Dispõe sobre a organização administrativa do Ministério da Educação e Cultura. Disponível em: < <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-66967-27-julho-1970-408779-publicacaooriginal-1-pe.html#:~:text=Disp%C3%B5e%20sobre%20a%20organiza%C3%A7%C3%A3o%20administrativa%20do%20Minist%C3%A9rio%20da%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20e%20Cultura>> . Acesso em: 26 de maio de 2022.

_____. **Decreto nº 91.144**, de 15 de março de 1985. Cria o Ministério da Cultura e dispõe sobre a estrutura, transferindo-lhe os órgãos que menciona, e dá outras providências. Disponível em:

<<https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=DEC&numero=91144&ano=1985&ato=8e3g3ZU1EMBPWtc12>>. Acesso em: 25 de mai. 2022.

____ **Decreto-Lei N° 526**, De 1° De Julho De 1938. Institui o Conselho Nacional de Cultura. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-526-1-julho-1938-358396-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em: 26 de maio de 2022.

____. **DOU N° 160**, sexta-feira, 21 de agosto de 2015. Portaria interministerial n° 6, de 20 de agosto de 2015. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=18065-portaria-6-mec-cultura&category_slug=agosto-2015-pdf&Itemid=30192>. Acesso em 27 de maio de 2022.

____ **Lei Complementar 195**, de 08 de julho de 2022. Dispõe sobre apoio financeiro da União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para garantir ações emergenciais direcionadas ao setor cultura e dá outras providências. Disponível em: <<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-complementar-n-195-de-8-de-julho-de-2022-414060720>>. Acesso em 24 de jul. 2023.

____ **Lei 378**, de 13 de Janeiro de 1937. Dá nova organização ao Ministério da Educação e Saúde Pública. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1930-1939/lei-378-13-janeiro-1937-398059-publicacaooriginal-1-pl.html>>

____ **Lei no 3.849**, de 18 de dezembro de 1960. Federaliza a Universidade do Rio Grande do Norte, cria a Universidade de Santa Catarina e dá outras providências. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/13849.htm>. Acesso em 09 de agosto de 2023.

____ **Lei n° 4.759/1965**, de 02 de agosto de 1965. Dispõe sobre a denominação e qualificação das Universidades e Escolas Técnicas Federais. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L4759.htm>. Acesso em: 09 de agosto de 2023.

____ **Lei n° 7.505**, de 02 de Julho de 1986. Dispõe sobre benefícios fiscais na área do imposto de renda concedidos a operações de caráter cultural ou artístico. Disponível em <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7505.htm> . Acesso em: 15 de maio de 2023.

____ **Lei n° 8.313**, de 23 de dezembro de 1991. Reestabelece princípios da Lei n° 7.505, de 02 de julho de 1986, institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac) e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8313cons.htm>. Acesso em: 25 de mai. 2022.

____ **Lei n° 12.343**, de 2 de dezembro de 2010. Institui o Plano Nacional de Cultura - PNC, cria o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais - SNIIC e dá outras providências. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12343.htm. Acesso em: 26 de mai. de 2022.

____ **Lei N° 14.017**, de 29 de Junho de 2020, e suas alterações. Dispõe sobre ações emergenciais destinadas ao setor cultural a serem adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo n° 6, de 20 de março de 2020. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2020/Lei/L14017.htm. Acesso em 24 de jul. 2023.

BURIGO, Carla Cristina Dutra; RAMOS, Cléia Normandina. **O processo de gestão de desenvolvimento do espaço público na universidade: uma prática educativa e social.**

Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/gual/article/view/1983-4535.2014v7n3p43>>. Acesso em: 26 de maio de 2022.

CAVALCANTI, Mônica Maria de Arruda. **Avaliação de políticas públicas e programas governamentais: uma abordagem conceitual.** Interfaces de Saberes, v. 6, n. 1, 2006.

CENTER FOR WORLD UNIVERSITY RANKINGS-CWUR. **World University Rankings 2023.** Disponível em: <https://cwur.org/2023.php>. Acesso em: 10 de agosto de 2023.

CERQUEIRA, F. **Avanços na gestão da cultura nas universidades e o papel dos servidores técnico administrativos na constituição do FORCULT.** Anais do XVII Encontro de estudos Multidisciplinares em Cultura. Mesa Coordenada, p54. 2021. Disponível em: < <http://www.cult.ufba.br/enecult/wp-content/uploads/2021/10/V2-ANAIS-XVII-ENECULT.pdf>> Acesso em: 26 de maio de 2022.

CHAUÍ, Marilena. **A universidade pública sob nova perspectiva.** Revista Brasileira de Educação, n. 24, p. 5-15, set/dez. 2003.

_____. **Cultura e democracia.** *Crítica y Emancipación*, (1): 53-76, junio 2008. Disponível em: <

https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4657030/mod_resource/content/1/Chaui%20Cultura%20e%20Democracia.pdf> . Acesso em: 28 de maio de 2022.

_____. **Cultura política e política cultural.** Estudos avançados, v. 9, n. 23, p. 71-84, 1995. Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/ea/a/FKYqvPJSw3ChWVF6dbkBJDv/?format=pdf&lang=pt>> . Acesso em: 28 de maio de 2022.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Cultura e sociedade na Brasil.** Rio de Janeiro: dp&a, 2000

Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras e SESu / MEC **Plano Nacional de Extensão Universitária 2000/2001.** Disponível em:

http://www.prae.ufrpe.br/sites/prae.ufrpe.br/files/pnextensao_1.pdf . Acesso em: 26 de maio de 2022.

FORCULT. Fórum de Gestão Cultural das Instituições Públicas de Ensino Superior Brasileiras. Disponível em < <https://forcultnacional.ufg.br/o-forcult/>> . Acesso em: 20 de maio de 2022.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 2010. Editora Atlas.

MALHOTA, Naresh. **Pesquisa de Marketing: uma orientação aplicada.** Trad. Nivaldo Montingelli Jr. e Alfredo Alves de Farias – 3ª Ed. – Porto Alegre: Bookman, 2001.

MARCONI, Marina de Andrade, LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos da metodologia científica.** 7.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

_____ **Fundamentos de metodologia científica.** São Paulo: Atlas, 2009.

_____ **Técnicas de pesquisa:** planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. 7.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MELLO, U. B. **Currículo e Práticas Pedagógicas- A formação dos profissionais de organizações da cultura.** 2021. Anais do VIII Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, 2021. Disponível em: <<http://www.cult.ufba.br/wordpress/biblioteca/trabalhos-apresentados-no-enecult/1566-2/>>. Acesso em: 27 de maio de 2022

MENCARELLI, Fernando. **O ForCult e as políticas culturais nas instituições públicas de ensino superior: uma memória.** Anais do XVII Encontro de estudos Multidisciplinares em Cultura. Mesa Coordenada, p. 27-54. 2021. Disponível em:< <http://www.enecult.ufba.br/modulos/submissao/Upload-568/132308.pdf> > Acesso em: 26 de maio de 2022.

MENCARELLI, Fernando; COELHO, Marcos Dias. **FORCULT : instrumento para implementação de política cultural e planos de cultura nas IPES.** Ed. UFPel, 2020. Disponível em: < <https://guaiaca.ufpel.edu.br/bitstream/handle/prefix/6836/FORCULT.pdf?sequence=1&isAllowed=y> > Acesso em: 27 de maio de 2022.

Plano Nacional de Extensão Universitária 2012. Disponível em < http://www.proexc.ufu.br/sites/proexc.ufu.br/files/media/document//Politica_Nacional_de_Extensao_Universitaria_-FORPROEX-_2012.pdf _>. Acesso em: 28 de novembro de 2022.

RUA, Maria das Graças. **Políticas públicas.** – Florianópolis : Departamento de Ciências da Administração / UFSC. CAPES : UAB, 2009. 130p. : il. Disponível em: <<https://acervo.cead.ufv.br/conteudo/pdf/Apostila%20-%20Pol%C3%ADticas%20P%C3%ABlicas%20Maria%20das%20Gra%C3%A7as%20Rua%202009.pdf?dl=0>>. Acesse=0 em: 07 de junho de 2022.

_____ **Avaliação de Políticas, Programas e Projetos:** Notas Introdutórias (versão atualizada em 2010). Disponível em: <https://www.jacksondetoni.files.wordpress.com/2014/05/texto-apoio-05-_-grac3a7as-rua.pdf> . Acesso em: 30 de junho de 2022.

ROESCH, S. M. A. **Projetos de estágio e de pesquisa em administração: guia para estágios, trabalhos de conclusão, dissertações e estudo de caso.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

RUBIM, Antonio Albino C. **Políticas culturais no Brasil: tristes tradições.** Revista Galáxia, São Paulo, n. 13, p. 101-113, jun. 2007. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/galaxia/article/view/1469/934>>. Acesso em 25 de maio de 2022.

_____ **Políticas culturais no Brasil: tristes tradições, enormes desafios.** In: RUBIM, Antonio Albino C.; BARBALHO, Alexandre (Org.). Políticas culturais no Brasil. Coleção Cult. Salvador: EDUFBA, 2007

_____. **Políticas culturais no governo Lula**. Salvador. Disponível em: <https://repositoriohml.ufba.br/bitstream/ufba/525/6/Políticas%20culturais%20governo%20lula.pdf> . Acesso em 17 de maio de 2023. Ed EDUFBA, 2010. 308 p.

_____. **Universidades, cultura e políticas culturais**. Encontro de estudos multidisciplinares em cultura, v. 15, p. 1-17, 2019.

_____. **Universidades, cultura e políticas culturais**. Revista de Educação Popular, p. 6-17, 2019.

SANTOS, Izequias Estevan dos. **Manual de métodos e técnicas de pesquisa científica**. Editora Impetus. 2012.

SECARTE. **Relatório de Gestão 2022**. Disponível em: < https://secarte.paginas.ufsc.br/files/2020/08/Relatorio_SeCArte_Gestao_2022_assinado.pdf> Acesso em: 10 de agosto de 2023.

SECCHI, Leonardo. Políticas públicas: **Conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. 2.ed. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

SCHLICKMANN, Raphael e CORDEIRO, Fernanda. **Políticas Públicas de Cultura e Arte em Universidades no Brasil: Um Levantamento Bibliométrico**. Anais XXI Colóquio Internacional de Gestão Universitária. 2023. Disponível em: < <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/243964>> . Acesso em 17 de março de 2023.

SOUZA, C. **Políticas Públicas: uma revisão de literatura**. Revista Sociologia: Porto Alegre, n 16, jul/dez 2006. P. 20-25
<https://www.scielo.br/j/soc/a/6YsWyBWZSdFgfSqDVQhc4jm/?format=pdf&lang=pt> acesso em 23 de maio de 2022.

TEIXEIRA, Coelho. **O que é ação cultural**. Coleção Primeiros Passos. Editora Brasiliense, 2012.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação - o positivismo, a fenomenologia e o marxismo**. São Paulo: Atlas, 1987.

UFSC. **Balanco da Gestão Universidade Presente 2022(1)**. Disponível em: <https://reitoria.ufsc.br/files/2023/01/balanco_gestao_univ_presente.pdf>. Acesso em: 10 de agosto de 2023.

_____. **Plano de Desenvolvimento Institucional – 2020/2024**. Florianópolis, 2019. Disponível em < <https://pdi.ufsc.br/pdi-2020-2024> > Acesso em: 26 maio 2022.

_____. **Relatório de Gestão 2022 - UFSC**. Disponível em: < <https://acrobat.adobe.com/link/review?uri=urn%3Aaid%3Aascds%3AUS%3Ab17f80ea-4e20-3a11-9cc8-46f3e72e8145> >. Acesso em: 09 de agosto de 2023.

_____. **UFSC em Números 2013-2022(2)**. Disponível em: <
<https://dplseplan.paginas.ufsc.br/files/2023/05/UFSC-EM-N%C3%9AMEROS-2013-A-2022-Vers%C3%A3o-final.pdf>> . Acesso em: 10 de agosto de 2023.

UFPel, 2020. 102 p. Documento recebido por e-mail. Contato feito em setembro de 2021.

**APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE) E
QUESTIONÁRIO**

Avaliação da Política de Cultura e Arte na UFSC (Gestão 2018-2022)

Este questionário é parte integrante da dissertação em elaboração junto ao Programa de Pós-Graduação em Administração Universitária (PPGAU) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), com objetivo de propor diretrizes e ações para a Cultura e Arte na UFSC, a partir da avaliação da Política de Cultura na Gestão 2018-2022, na percepção dos servidores da Secretaria de Cultura, Arte e Esporte (SECARTE).

* Indica uma pergunta obrigatória

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Olá!

Meu nome é Fernanda Cordeiro, sou mestranda no Programa de Pós-Graduação em Administração Universitária (PPGAU) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Estou realizando uma pesquisa sob orientação do professor Dr. Raphael Schlickmann (PPGAU/UFSC), cujo objetivo é propor diretrizes e ações para a Cultura e Arte na UFSC, a partir da avaliação da Política de Cultura na Gestão 2018-2022, na percepção dos servidores da Secretaria de Cultura, Arte e Esporte (SECARTE).

Convido-o (a) a participar desta fase da pesquisa, respondendo perguntas com base em suas percepções e experiências, a fim de identificar avanços e lacunas relativos às Políticas de Cultura e Arte na UFSC, no período de 2018 a 2022.

Sua participação não envolverá qualquer incentivo financeiro ou qualquer ônus, tendo apenas a finalidade exclusiva de colaborar para o resultado da pesquisa, contribuindo para a compreensão do fenômeno estudado e para a produção de conhecimento científico. Assim, sua participação nesse estudo é voluntária e se você decidir não participar ou quiser desistir de continuar em qualquer momento, tem liberdade de fazê-lo, sem prejuízo de sofrer quaisquer sanções ou constrangimentos.

As informações provenientes deste instrumento de pesquisa **são confidenciais e serão utilizadas única e exclusivamente para fins acadêmicos**, sendo que, em nenhuma hipótese suas respostas serão identificadas, assim, **sua colaboração se dará de forma anônima**.

Quaisquer dúvidas relativas à pesquisa poderão ser esclarecidas no e-mail cordeiro.fernanda@ufsc.br ou por meio da entidade responsável (PPGAU/UFSC), pelo telefone (48) 3721- 6525.

Ao responder a pesquisa, você declara que concorda em participar deste estudo e declara ter lido e concordado com as normas deste termo de consentimento, bem como com a utilização dos dados coletados para análise e publicação dos resultados.

Agradecemos sua participação!

1. **Ao clicar no botão “Li o TCLE e concordo em participar da pesquisa”, você estará concordando com a participação** *

Marcar apenas uma oval.

- Li o TCLE, e concordo em participar da pesquisa.
- Li e o TCLE, e não concordo em participar da pesquisa. (Obrigada pela atenção!)
- Pular para a seção 10 (Chegamos ao final da pesquisa, obrigada pela sua participação!)*)

Identificação do perfil de público

2. **1. Grau de escolaridade ***

Marcar apenas uma oval.

- Fundamental incompleto/em curso.
- Fundamental completo.
- Ensino médio incompleto/em curso.
- Ensino médio completo.
- Superior incompleto/em curso.
- Superior completo.
- Especialização/MBA.
- Mestrado incompleto/em curso.
- Mestrado completo.
- Doutorado incompleto/em curso.
- Doutorado completo.
- Prefiro não dizer.

3. **2. Qual seu gênero? ***

Marcar apenas uma oval.

- Feminino.
- Masculino.
- Outro.
- Prefiro não dizer.

4. **3. Qual sua faixa etária? ***

Marcar apenas uma oval.

- Até 20 anos.
- De 21 a 30 anos.
- De 31 a 40 anos.
- De 41 a 50 anos.
- De 51 a 60 anos.
- Acima de 61 anos.
- Prefiro não dizer.

5. **4. Função que exerce na instituição: ***

Marcar apenas uma oval.

- Secretário/a.
- Diretor/a.
- Coordenador/a.
- Chefe.
- Outro.

6. **5. Data de ingresso na função: ***

Exemplo: 7 de janeiro de 2019

7. **6. Setor de lotação dentro da SECARTE: ***

Marcar apenas uma oval.

- Departamento de Cultura e Eventos (DCEVEN).
- Departamento Artístico Cultural (DAC).
- Coordenadoria das Fortalezas da Ilha de Santa Catarina (CFISC).
- Coordenadoria de Edificações e Gestão Patrimonial.
- Coordenadoria Financeira.
- Departamento de Esporte, Cultura e Lazer.
- Administração da SECARTE (Secretária, apoio adm., projetos).
- Núcleo de Estudos Açorianos (NEA).

8. **7. Vínculo na instituição: ***

Marcar apenas uma oval.

- Servidor técnico administrativo em educação.
- Servidor docente.

9. **8. Há quanto tempo possui vínculo com a UFSC? ***

Marcar apenas uma oval.

- De 0 há 4 anos.
- De 5 há 09 anos.
- De 10 há 14 anos.
- De 15 anos ou mais.
- Não sabe dizer.

Definição de Política de Cultura e Arte

10. **9. Considerando a definição abaixo, você reconhece que HAVIA UMA POLÍTICA DE CULTURA E ARTE institucionalizada na UFSC nos anos:** *

"Políticas culturais contemplam um conjunto articulado, continuado, deliberado e sistemático de ações e formulações, que implicam em diretrizes, metas e atividades. Elas requerem legislações, normas e rotinas e mobilizam recursos institucionais, materiais, legais, humanos e financeiros. Toda esta plêiade de esforços visa desenvolver a dimensão simbólica da sociedade; atender as necessidades culturais da população; assegurar cidadania e direitos culturais e possibilitar hegemonia para manter ou transformar a vida societária." (Rubim. Artigo publicado no <http://www.xvenecult.ufba.br/>)

Marcar apenas uma oval.

- Sim, desde 2018 (a partir do segundo semestre, início da gestão).
- Sim, desde 2019.
- Sim, desde 2020.
- Sim, desde 2021.
- Sim, somente em 2022 (até final do primeiro semestre, término da gestão).
- Todos os anos da gestão (de 2018/II a 2022/I).
- Não, não reconheço.
- Não sabe dizer.

Política de Cultura e Arte na prática na gestão 2018-2022

11. **10. No período de 2018 a 2022, até onde você sabe, COM QUE FREQUÊNCIA foram ofertadas atividades artísticas culturais pela SECARTE na UFSC?** *

Marcar apenas uma oval.

- Ofertada de 1 a 4 por ano.
- Ofertada de 5 a 9 por ano.
- Ofertada mais de 10 por ano.
- Não foi ofertada.
- Não sabe dizer.

12. **11. Na Gestão 2018-2022, foram criadas diretrizes para orientar as ações de Cultura e Arte na UFSC. De acordo com sua percepção, quanto você CONCORDA ou DISCORDA em relação a realização das ações abaixo:** *

*Fonte: <https://secarte.ufsc.br/gestao-2016-2022/planodecultura/>

Marcar apenas uma oval por linha.

	Concordo totalmente.	Concordo parcialmente.	Nem concordo, nem discordo.	Discordo parcialmente.	Discordo totalmente.	Não sei.
Melhorias ao meio acadêmico. (Ex.: estimular produção em todos os campi, melhorar infraestrutura e equipe nos cursos).	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Ações e procedimentos para ampliação das atividades artísticas culturais nos demais campi da UFSC, outras instituições e demais instâncias da sociedade e Estado. (Ex.: Criar sala de cinema, restaurações no DAC, criar espaço permanente em substituição à Concha Acústica).	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Ações institucionais (Ex.: gerar	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

integração dos
 integração dos
 campi com
 campi com
 grupos locais,
 grupos locais,
 apoiar projetos
 apoiar projetos
 consolidados,
 consolidados,
 tornando-os
 tornando-os
 projetos
 projetos
 permanente,
 permanente,
 alinhar
 alinhar
 políticas da
 políticas da
 UFSC com
 UFSC com
 demais
 demais
 instâncias do
 instâncias do
 Estado).

Marketing (Ex.:
 Marketing (Ex.:
 difundir a arte
 difundir a arte
 produzida por
 produzida por
 meio da
 meio da
 TV/UFSC e
 TV/UFSC e
 demais
 demais
 mídias,
 mídias,
 potencializar
 potencializar
 TV UFSC
 TV UFSC
 como
 como
 produtora de
 produtora de
 conteúdo,
 conteúdo,
 compartilhar
 compartilhar
 com a
 com a
 comunidade a
 comunidade a
 arte produzida
 arte produzida
 na UFSC):

Fomento
 Fomento
 financeiro (Ex.:
 financeiro (Ex.:
 buscar
 buscar
 mecanismos
 mecanismos
 de captação
 de captação
 de verbas,
 de verbas,
 novos editais,
 novos editais,
 aporte nos
 aporte nos
 fundos
 fundos
 culturais):
 culturais):

13. **12. No período de 2018 a 2022, qual(ais) atividade(s) artística(s) cultural(ais) VOCÊ TEM CONHECIMENTO de que foi/foram ofertada(s) pela UFSC?** *

Marcar apenas uma oval por linha.

	Sim, foram ofertadas.	Não, não foram ofertadas.	Não sei dizer.
Shows musicais gratuitos.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Shows musicais com cobrança.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Espetáculos teatrais gratuitos.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Espetáculos teatrais com cobrança.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Espetáculos de dança gratuitos.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Espetáculos de dança com cobrança.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Exposições gratuitas.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Exposições com cobrança.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

14. Gostaria de citar alguma outra atividade que não foi mencionada acima?

15. **13. Considerando as questões relativas ao distanciamento social, momento que a instituição precisou restringir algumas atividades, até onde você sabe, qual(ais) atividades abaixo relacionadas, a UFSC MANTEVE A REALIZAÇÃO de forma virtual?** *

Marque todas que se aplicam.

- Coral da UFSC.
- Projeto 12:30.
- Shows musicais.
- Visitação às Fortalezas.
- Experimenta.
- Festival de Dança.
- Festival de Música.
- AÇOR - Festa da Cultura Açoriana de SC.
- Orquestra de Câmara da UFSC.
- Lançamentos de livros.
- Não sei responder.
- Outro: _____

16. **14. Na sua opinião, houve(houveram) LIMITAÇÃO(ÕES) da UFSC para a CONSOLIDAÇÃO de uma Política de Cultura e Arte, considerando o período de 2018 a 2022?** *

Marcar apenas uma oval.

- Sim. *Pular para a pergunta 17*
- Não. *Pular para a pergunta 18*
- Não sei responder. *Pular para a pergunta 18*

Seção sem título

limitação(ões) da UFSC

17. **14.1 Na sua opinião, qual(ais) a(as) LIMITAÇÃO(ÕES) da UFSC para a CONSOLIDAÇÃO de uma Política de Cultura e Arte, considerando o período de 2018 a 2022?** *

Marque todas que se aplicam.

- Pandemia COVID-19.
- Corte de verbas destinadas à Cultura e Arte no país.
- Falta de servidor capacitado e/ou disposto a participar da construção de uma Política de Cultura.
- Outro: _____

Encerramento

18. **15. Você sentiu falta de algo que poderia ter sido abordado na pesquisa referente à este tema: Política de Cultura e Arte na UFSC, e gostaria de mencionar?** *

Marcar apenas uma oval.

- Não senti falta.
Pular para a seção 10 (Chegamos ao final da pesquisa, obrigada pela sua participação!)
- Sim, senti. *Pular para a pergunta 19*

19. Mencione abaixo o que você sentiu falta que poderias ter sido aborado na pesquisa: *

Pular para a seção 10 (Chegamos ao final da pesquisa, obrigada pela sua participação!)

Chegamos ao final da pesquisa, obrigada pela sua participação!

Atenção!

Clique em "ENVIAR" para validar suas respostas!!

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários

APÊNDICE B - Diretrizes para uma política de Cultura | Gestão 2018 – 2022

Diretrizes para uma política de Cultura | Gestão 2018 – 2022



Histórico e diagnóstico



Ao longo do seu desenvolvimento histórico, a UFSC tem se destacado pela atuação na área do ensino, da pesquisa e da extensão. É necessário também reafirmar a importância que a arte e a cultura podem e devem desempenhar no processo de formação do ser humano, destacando aqui a responsabilidade da universidade como agente dessa educação abrangente.

As atividades de cultura e arte na UFSC tradicionalmente foram realizadas por um departamento da Pró - Reitoria de Extensão, o Departamento Artístico Cultural (DAC). Além desse, o Museu Universitário, o Projeto Fortalezas, o NEA e a Editora compunham um aparato artístico-cultural da universidade. A essas atividades de extensão, vieram-se juntar os cursos de graduação em cinema e artes cênicas. Em 2008, foi criada uma Secretaria especial para a arte e a cultura, a SECARTE, que pretendeu dar à arte e cultura a mesma importância do ensino, pesquisa e extensão, tendo desenvolvido uma série de projetos e programas culturais, durante a gestão 2008-2012.

A partir de 2012, vários projetos e programas realizados pela Secarte foram descontinuados na nova Secretaria de Cultura (Secult). Com a volta da Secarte em 2016, muitos projetos foram resgatados, tais como a Semana da Dança, o Festival de Música, além de uma semana de Artes "Experimenta", que devem ser mantidos e incrementados. Para tanto, há necessidade de um aporte maior de recursos para a área artístico - cultural.

Queremos consolidar a UFSC como um local de experimentação, pesquisa, ensino e produção artística, fortalecendo a articulação da comunidade interna e a interação com a comunidade externa.

Diretriz 1 – Transformar a UFSC em um centro relevante de produção e experimentação artística. Ações:

- Apoiar projetos consolidados, tornando-os projetos institucionais permanentes
- Fomentar, através de editais, novos projetos culturais na UFSC
- Buscar mecanismos de captação de verbas para a cultura e arte
- Aumentar o percentual do FUNEX para 1%
- Criar um selo musical da UFSC
- Reforçar os departamentos e coordenadorias da Secarte: DCEven, Dac, Coordenadoria das Fortalezas e Coordenadoria de projetos.
- Potencializar a TV UFSC como produtora de conteúdo audiovisual artístico – cultural
- Criar uma Sala de Cinema da UFSC
- Construir um plano de cultura da UFSC, alinhado ao plano nacional de cultura e que inclua todas as suas unidades.

Diretriz 2 – Reforçar os cursos de graduação em Artes e criar o Centro de Artes. Ações:



- Criar cursos de graduação de dança e de música
- Criação de um Centro de Artes
- Reformular o modelo de avaliação PIBIC para a área de artes, incluindo a pontuação de trabalhos artísticos, equiparando a produção artística à bibliográfica
- Estimular a produção e pesquisa em arte em todos os *campi* da UFSC
- Reformular o modelo político-institucional que considera as produções pedagógicas artísticas sempre como atividades de extensão e não como atividade de ensino e pesquisa
- Estimular a produção e a pesquisa em arte em todos os *campi* da UFSC

Diretriz 3 – Transformar a UFSC num centro irradiador de arte e cultura. Ações:

- Ampliar o calendário anual de atividades culturais, composto pela Semana da Dança, Festival da Música e Experimenta, **Abertura da Temporada de Verão nas Fortalezas da UFSC**, incluindo um Salão de Artes Visuais e um Festival de Arte e Tecnologia
- Criar um banco de dados sobre a produção artística da UFSC
- Ocupar artisticamente as cidades sede dos *campi* da UFSC, articulando espaços de arte e integrando-se às atividades e grupos locais

- Compartilhar com a comunidade a arte produzida na UFSC, promovendo o seu acesso aos projetos culturais, produções, pesquisas, oficinas e eventos
- Alinhar as políticas artísticas e culturais da UFSC com políticas de outras instituições e instâncias da sociedade e do Estado
- Difundir a arte produzida na UFSC por meio da TV UFSC e outras mídias;
- Buscar o intercâmbio artístico – cultural **e de educação patrimonial histórica das fortalezas**, dando especial atenção à América Latina.

Diretriz 4 – Revitalizar os espaços culturais da UFSC e criar novos espaços. Ações:

- Comprometimento efetivo para melhorar a infraestrutura e equipar os cursos de graduação em cinema e artes cênicas
- Restaurar o Conjunto Arquitetônico do DAC: Igrejinha, Teatro da UFSC e Casa do Divino
- Restaurar o mural “Humanidade” do artista Hassis
- Revitalizar o prédio da travessa Ratcliff, transformando-o em um espaço artístico
- Restaurar o palco do Bosque
- Melhorar a infraestrutura do Centro de Cultura e Eventos
- Transformar o Centro de Convivência num Espaço Cultural com a reabertura da Galeria de Arte da UFSC e a criação de um Cinema da UFSC
- Preservar o patrimônio cultural das Fortalezas, **auxiliando na captação de recursos para a recuperação estrutural das edificações históricas**
- Criar um espaço permanente ao ar livre para apresentações artísticas, em substituição à concha acústica
- criar o Espaço Cultural Gênero e Diversidade

